

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano XCIII • Nº 156

Ministério Público Estadual

Recife, quinta-feira, 1º de setembro de 2016

Sertânia vai usar imposto atrasado para regularizar salário de servidor

Prefeito firmou TAC destinando recurso para quitar vencimentos atrasados dos servidores municipais

O prefeito de Sertânia, Gustavo Maciel Lins de Albuquerque, firmou um termo de ajustamento de conduta (TAC) perante o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) para colocar em dia a folha de pagamento dos servidores públicos, aposentados e pensionistas do município da forma como ocorria até fevereiro de 2016. O TAC teve como intervenientes a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Sertânia (SINTEMUSE), Josielba Lira Matos, e a representante dos Aposentados e

Pensionistas de Sertânia, Quitéria Neta da Silva.

De acordo com o promotor de Justiça Júlio César Cavalcanti Elihimas, o município receberá do Consórcio Bacia do São Francisco um valor total de R\$1.957.581,29, referente ao parcelamento de Imposto Sobre Serviços (ISS) devido à prefeitura de Sertânia. Essa quantia de imposto atrasado será paga em 10 parcelas, conforme um termo de parcelamento de dívida validado pelo MPPE. Os repasses tiveram início em agosto de

2016 e serão feitos mensalmente até o mês de maio de 2017.



O prefeito, na qualidade de ordenador de despesa, deve utilizar os valores recebidos exclusivamente para colocar em dia a folha de pagamento dos

servidores públicos, atendendo rigorosamente à seguinte ordem de preferência: aposentados e pensionistas; profissionais da saúde; profissionais da educação; demais servidores concursados; bolsistas; e, por fim, servidores comissionados e contratados. Além disso, o pagamento deverá ser acrescido de outras fontes de receita já utilizadas pela prefeitura para o pagamento da folha de servi-

dores públicos, aposentados e pensionistas.


Caso alguma das cláusulas do TAC não seja cumprida, o prefeito de Sertânia estará sujeito à multa diária no valor de R\$1.000,00, a ser aplicada cumulativamente no caso de mais de uma cláusula não cumprida. Os valores auferidos por meio do pagamento de multas devem ser revertidos à Central de Apoio às Medidas e Penas Alternativas (Ceapa) de Sertânia.

O termo de ajustamento de conduta foi publicado no Diário Oficial do dia 30 de agosto.

SEMINÁRIO Perícia

papiloscópica:
inscrições até 6/09

A Escola Superior do Ministério Público de Pernambuco (ESMP) avisa que as inscrições para o *Seminário de Perícia Papiloscópica* estão abertas até o dia 6 de setembro. O curso, promovido em parceria com o Instituto de Identificação Tavares Buril, será realizado no dia 12 de setembro, no Auditório do Centro Cultural Rossini Alves Couto (av. Visconde de Suassuna, nº 99, Boa Vista). Os interessados podem se inscrever por meio de formulário online, disponível na página do MPPE > Escola Superior > Cursos, Palestras e Seminários. Mais informações pelo 3182-7348, das 12h às 18h, de segunda a sexta-feira.

 Mais informações na Intranet www.mppe.mp.br/novaintranet

CONCURSO PÚBLICO DE SALOÁ

Prefeito deve homologar certame e nomear aprovados

O prefeito de Saloá, Ricardo Alves, firmou Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) perante o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) comprometendo-se a anular, em até 30 dias, o ato administrativo que determinou a anulação de concurso público da Prefeitura Municipal, realizado pelo Instituto de Administração e Tecnologia (AdmI&Tec), vinculada à Faculdade de Ciências da Administração da Universidade de Pernambuco (FCAP/UPE). No mesmo prazo, o prefeito deverá ho-

mologar o concurso.

Ricardo Alves também comprometeu-se a chamar e iniciar a nomeação dos aprovados a partir de 2 de janeiro de 2017. Durante o prazo de validade do concurso, deverão ser nomeados todos os aprovados dentro dos números de vagas constantes do edital. O concurso foi realizado em abril de 2015 e previa o provimento de 134 vagas efetivas em 32 cargos na Prefeitura de Saloá.

Em caso de descumprimento de alguma dessas medidas, Ricardo Alves estará sujeito

ao pagamento de multa diária no valor de dois salários mínimos.

De acordo com o promotor de Justiça Reus Alexandre Serafini, a Adm&Tec já havia cumprido TAC celebrado perante o MPPE anulando alterações imotivadas que fizera no edital do concurso. Tais alterações foram o fato motivador para a anulação do concurso por parte do prefeito.

Ao assinar o TAC, o prefeito de Saloá ainda obriga-se a não realizar contratações temporárias e admitir servi-

dores em desconformidade com as regras previstas nas Constituições Federal e Estadual, até a nomeação de todos os candidatos aprovados no concurso público. A exceção fica por conta dos casos de substituição e afastamento temporário de servidores devido a períodos de férias ou licença.

No caso do descumprimento desta última medida, será aplicada multa única de R\$ 100 mil.

O TAC foi publicado no Diário Oficial do MPPE do dia 30 de agosto.

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

MP convoca população de Olinda para audiência

Com o intuito de promover debate com autoridades públicas e a sociedade sobre a execução de medidas socioeducativas em meio aberto na cidade de Olinda, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) convoca audiência pública para o dia 20 de setembro, às 9 horas. O encontro será realizado no auditório da sede das Promotorias de Justiça de Olinda, na avenida Pan-Nordestina, 646, Vila Popular, Olinda.

Foram convidados a participar da audiência pública representantes do MPPE; o juiz da Vara da Infância e Juventude de Olinda; o prefeito de Olinda, Renildo Calheiros; o secretário municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos, Humberto de Jesus; a secretária estadual de De-

envolvimento Social, Criança e Juventude, Suely Cisneiros; e demais entidades como a Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), Câmara de Vereadores e Conselho Tutelar de Olinda.

De acordo com a programação divulgada, os primeiros a falar serão os representantes dos órgãos públicos convidados. Em seguida serão ouvidas as exposições dos cidadãos que se cadastraram previamente em uma lista, que será afixada na porta de entrada do auditório. Depois serão concluídos os debates e os presentes vão definir estratégias e providências a serem adotadas para melhorar o atendimento socioeducativo em Olinda.

 Mais informações www.mppe.mp.br

Procuradoria Geral da Justiça

Procurador Geral: **Carlos Augusto Guerra de Holanda**

RESOLUÇÃO CONJUNTA PGJ/PRE Nº 004/2016

Ementa: Modifica o inciso III do §2º do art. 3º e o §2º do art. 12 da RES PGJ/PRE nº 01/2011, que estabelece parâmetros para a indicação e a designação de membros do Ministério Público de Pernambuco para exercer função eleitoral em 1º grau.

O Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco e o Procurador Regional Eleitoral em Pernambuco, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 8.625/93, Lei Complementar nº 75/93, Lei Complementar Estadual nº 12/94 com as alterações posteriores e,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 90, de 24.10.2012 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público, que dá nova redação ao §2º do art. 5º da Resolução CNMP nº 30, de 19.05.2008;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 131, de 22.09.2015 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público, que altera o artigo 1º, §1º, III da Resolução nº 30, de 19.05.2008, para incluir hipótese proibitiva de indicação para exercício de função eleitoral de membro do Ministério Público;

CONSIDERANDO o Ofício-Circular nº 019/2015/COADE/SPR-CNMP;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a Resolução Conjunta PGJ/PRE nº 01/2011, de 10 de agosto de 2011;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de otimizar a prestação ministerial em matéria eleitoral,

RESOLVEM:

Art. 1º. O inciso III do §2º do art. 3º da RES PGJ/PRE nº 01/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar, ou tiver sido punido disciplinarmente, por atraso injustificado no serviço, observado o período de reabilitação de 2 (dois) anos, contados da data em que se der por cumprida a sanção aplicada."

Art. 2º. O §2º do art. 12 da RES PGJ/PRE nº 01/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§2º. No período de 90 (noventa) dias que antecede o pleito até 15 (quinze) dias após a diplomação

dos eleitos, é vedada a fruição de férias ou de licença voluntária pelo Promotor de Justiça que exerça

funções eleitorais, salvo em situações excepcionais autorizadas pelo Chefe do Ministério Público

respectivo, instruídos os pedidos, nessa ordem, com os seguintes requisitos:

I - demonstração da necessidade e da ausência de prejuízo ao serviço eleitoral;

II - indicação e ciência do Promotor substituto;

III - anuência expressa do Procurador Regional Eleitoral."

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 04 de agosto de 2016.

CARLOS AUGUSTO ARRUDA GUERRA DE HOLANDA
Procurador-Geral de Justiça

ANTONIO CARLOS DE V. C. BARRETO CAMPELLO
Procurador Regional Eleitoral

RESOLUÇÃO CONJUNTA RES PGJ/PRE N.º 001/2011

(com as alterações introduzidas pela Resolução Conjunta RES PGJ/PRE Nº 004/2016)

Ementa: Estabelece parâmetros para a indicação e a designação de membros do Ministério Público de Pernambuco para exercer função eleitoral em 1º grau.

O Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco e o Procurador Regional Eleitoral em Pernambuco, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei nº 8.625/93, Lei Complementar nº 75/93, Lei Complementar Estadual nº 12/94 com as alterações posteriores e,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº. 30 de 19.05.2008 do egrégio Conselho Nacional do Ministério Público, que estabelece parâmetros para a indicação e a designação de membros do Ministério Público para exercer função eleitoral em 1º grau;

CONSIDERANDO a decisão proferida no Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº. 0.00.000.000791/2010-58;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a Resolução Conjunta PGJ/PRE nº 01/2001, de 08 de março de 2001;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de otimizar a prestação ministerial em matéria eleitoral,

RESOLVEM:

Art. 1º. As funções eleitorais do Ministério Público Federal perante os Juízes e Juntas Eleitorais serão exercidas pelo Promotor Eleitoral designado por ato do Procurador Regional Eleitoral, mediante indicação do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 2º. Nas Promotorias de Justiça com mais de um Promotor de Justiça, o Promotor Eleitoral será designado para exercer a função pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar do dia 15 de março de cada ano, nele incluídos os períodos de férias, licenças e eventuais afastamentos, somente podendo exercê-la novamente após completada a rotatividade entre os demais Promotores de Justiça.

Parágrafo único - O prazo de dois anos será contado ininterruptamente, a partir da data da designação, sem dedução do tempo de qualquer afastamento.

Art. 3º. A designação deve recair sempre no Promotor de Justiça lotado em localidade integrante de zona eleitoral que por último houver exercido a função eleitoral, obedecendo-se nas indicações e designações subsequentes, para efeito de titularidade ou substituição, à ordem decrescente de antiguidade na titularidade da função eleitoral, prevalecendo, em caso de empate, a antiguidade na zona eleitoral.

§ 1º - Os Promotores de Justiça promovidos ou removidos e que tenham exercido função eleitoral em comarca distinta de sua titularidade, por mais de seis (6) meses a contar da data de sua promoção ou remoção, só passarão a integrar a lista de antiguidade para fins de função eleitoral de sua respectiva comarca quando do encerramento do exercício da função eleitoral anterior.

§ 2º - Não poderá ser designado para exercício da função eleitoral, pelo critério da rotatividade o Promotor de Justiça:

I - lotado em localidade não abrangida pela zona eleitoral perante a qual deverá officiar, salvo em caso de ausência, impedimento ou recusa justificada, e quando ali não existir outro membro desimpedido, ou

II – que se encontrar afastado do exercício do ofício do qual é titular, inclusive quando estiver exercendo cargo ou função de confiança na administração superior da Instituição;

III - que estiver respondendo a processo administrativo disciplinar, ou tiver sido punido disciplinarmente, por atraso injustificado no serviço, observado o período de reabilitação de 2 (dois) anos, contados da data em que se der por cumprida a sanção aplicada. (Redação dada pela Resolução Conjunta RES PGJ/PRE N.º 004/2016, de 04 de agosto de 2016)

Art. 4º. Completado o período de dois anos da designação, o Promotor Eleitoral será automaticamente substituído, respeitado o disposto no artigo anterior.

Art. 5º. As substituições em decorrência de férias, licenças ou afastamentos, acontecerão de forma automática, obedecido o critério estabelecido no artigo 3º.

Art. 6º. Em caso de ausência, impedimento ou recusa justificada, terá preferência, para efeito de indicação e designação, o membro do Ministério Público que, sucessivamente, exercer suas funções:

I – na sede da respectiva zona eleitoral.

II – em município que integra a respectiva zona eleitoral.

III – em comarca contígua à sede da zona eleitoral.

Art. 7º. Em qualquer das hipóteses previstas nos artigos anteriores, o Procurador-Geral de Justiça e o Procurador Regional Eleitoral atenderão à conveniência dos serviços eleitorais, na indicação, designação e substituição dos Promotores Eleitorais.

Art. 8º. O Promotor de Justiça que deixar de exercer as funções de Ministério Público Eleitoral, em virtude de remoção ou promoção na carreira, deverá dar imediata ciência ao Procurador Geral de Justiça e ao Procurador Regional Eleitoral, a fim de que os serviços eleitorais não sofram solução de continuidade ou prejuízo de qualquer espécie.

Art. 9º. É vedada a atuação de Promotor de Justiça nas funções eleitorais, como titular ou substituto, que estiver filiado a qualquer partido político ou tiver cancelado a filiação há menos de dois (2) anos ou, ainda, que de qualquer modo exerça atividade político-partidária.

Parágrafo único - O Promotor de Justiça que seja chamado a officiar nas funções de Ministério Público Eleitoral ou o que já officie, incidindo em qualquer das hipóteses de impedimento deste artigo, deverá comunicar o fato ao Procurador-Geral de Justiça para que este adote as providências a que se refere o artigo 3º deste ato.

Art. 10. Nos casos de remoção, promoção, férias, licença, impedimento ou qualquer outra razão de afastamento do Promotor de Justiça que exerça as funções do Ministério Público Eleitoral, o Procurador Geral de Justiça oficiará com antecedência à Procuradoria Regional Eleitoral informando o nome dos Promotores substitutos que passarão a officiar junto aos Juízos com atribuições eleitorais, a fim de que seja expedido o respectivo ato de designação.

Art.11. Em nenhuma hipótese será permitida a percepção cumulativa de gratificação eleitoral.

Parágrafo Único: É vedado o recebimento de gratificação eleitoral por quem não houver sido regularmente designado para o exercício de função eleitoral.

Art. 12. As investiduras em função eleitoral não ocorrerão em prazo inferior a noventa dias da data do pleito eleitoral e não cessarão em prazo inferior a noventa dias após a eleição, devendo ser providenciadas pelo Procurador Regional Eleitoral as prorrogações eventualmente necessárias à observância deste preceito.

§ 1º Excepcionalmente, as prorrogações de investidura em função eleitoral ficarão aquém ou irão além do limite temporal de dois anos estabelecido nesta Resolução, sendo a extensão ou redução do prazo realizada apenas pelo lapso suficiente ao cumprimento do disposto no caput deste artigo.

§2º. No período de 90 (noventa) dias que antecede o pleito até 15 (quinze) dias após a diplomação dos eleitos, é vedada a fruição de férias ou de licença voluntária pelo Promotor de Justiça que exerça funções eleitorais, salvo em situações excepcionais autorizadas pelo Chefe do Ministério Público respectivo, instruídos os pedidos, nessa ordem, com os seguintes requisitos: (Redação dada pela Resolução Conjunta RES PGJ/PRE N.º 004/2016, de 04 de agosto de 2016)

I - demonstração da necessidade e da ausência de prejuízo ao serviço eleitoral;

II - indicação e ciência do Promotor substituto;

III - anuência expressa do Procurador Regional Eleitoral.

Art. 13. As autorizações previstas no art. 2º da Resolução CNMP nº 26, de 17.12.2007, que implicarem residência em localidade não abrangida pela zona perante a qual o Promotor Eleitoral deva officiar serão suspensas por ato do Procurador-Geral, no período a que se refere o art. 12, § 2º, desta Resolução.

Art.14. Os casos omissos neste ato serão resolvidos pelo Procurador Regional Eleitoral, a quem incumbe dirigir as atividades do Ministério Público Eleitoral no Estado de Pernambuco e pelo Procurador-Geral de Justiça, no âmbito de suas respectivas atribuições.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Fica revogado o disposto na Resolução Conjunta Nº 01/2001, de 08 de março de 2001, no que dispuser em contrário.

Recife, 10 de agosto de 2011.
AGUINALDO FENELON DE BARROS
Procurador Geral de Justiça

SADY D'ASSUMPÇÃO TORRES FILHO
Procurador Regional Eleitoral

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.935/2.016

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 9º da Lei Complementar Estadual nº. 12, de 27 de dezembro de 1994, e suas alterações posteriores,

CONSIDERANDO o Ofício Nº 256/2016 oriundo da 5ª Circunscrição Ministerial com sede em Garanhuns que altera a escala de prontidão das audiências de custódia do Polo 10;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

Modificar o teor da Portaria POR-PGJ nº 1.767/2016, de 29.07.2016, publicada no DOE de 30.07.2016 e republicada em 01.08.2016, para:

Onde se lê:

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA - POLO 10 – GARANHUNS
Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Brejão, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Jucati, Jupi, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paranatama, Salão, São João, Terezinha

DATA	DIA	LOCAL	PROMOTOR DE JUSTIÇA
24.08.2016	Quarta-feira	Garanhuns	Romualdo Siqueira França
29.08.2016	Segunda-feira	Garanhuns	Ana Cristina Barbosa Taffarel

Leia-se:

ESCALA DE PRONTIDÃO DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA - POLO 10 – GARANHUNS
Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Brejão, Canhotinho, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Jucati, Jupi, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirina, Paranatama, Salão, São João, Terezinha

DATA	DIA	LOCAL	PROMOTOR DE JUSTIÇA
24.08.2016	Quarta-feira	Garanhuns	Ana Cristina Barbosa Taffarel
29.08.2016	Segunda-feira	Garanhuns	Romualdo Siqueira França

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 31 de agosto de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.936/2016

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das suas atribuições,

CONSIDERANDO a publicação da escala de Plantão Geral de Membros das Circunscrições Ministeriais, por meio da Portaria PGJ nº 1.913/2016;

CONSIDERANDO o Ofício nº 041/2016 – 11ª CM, oriundo da 11ª Circunscrição Ministerial com sede em Limoeiro;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

Modificar o teor da Portaria POR-PGJ nº 1.913/2016, de 29.08.2016, publicada no DOE de 30.08.2016, para:

Onde se lê:

**PLANTÃO DA 11ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM LIMOEIRO**

DATA	DIA	HORÁRIO	LOCAL	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PROMOTORA DE JUSTIÇA
04.09.2016	Domingo	13h às 17h	Limoeiro	Muni Azevedo Catão	Promotora de Justiça de Cumaru

07.09.2016*	Quarta-feira*	13h às 17h	Limoeiro	Kívia Roberta de Souza Ribeiro	Promotoria de Justiça de Feira Nova
17.09.2016	Sábado	13h às 17h	Limoeiro	Francisco das Chagas Santos Júnior	2ª Promotoria de Justiça de Limoeiro
25.09.2016	Domingo	13h às 17h	Limoeiro	Genivaldo Fausto de Oliveira Filho	Promotoria de Justiça de São Vicente Férrer

Leia-se:

PLANTÃO DA 11ª CIRCUNSCRIÇÃO MINISTERIAL
COM SEDE EM LIMOEIRO

DATA	DIA	HORÁRIO	LOCAL	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
04.09.2016	Domingo	13h às 17h	Limoeiro	Kívia Roberta de Souza Ribeiro	Promotoria de Justiça de Cumaru
07.09.2016*	Quarta-feira*	13h às 17h	Limoeiro	Muni Azevedo Catão	Promotoria de Justiça de Feira Nova
17.09.2016	Sábado	13h às 17h	Limoeiro	Genivaldo Fausto de Oliveira Filho	2ª Promotoria de Justiça de Limoeiro
25.09.2016	Domingo	13h às 17h	Limoeiro	Francisco das Chagas Santos Júnior	Promotoria de Justiça de São Vicente Férrer

Feriado Independência do Brasil

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 31 de agosto de 2016.

CARLOS AUGUSTO ARRUDA GUERRA DE HOLANDA
Procurador Geral de Justiça

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.937/2.016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação da 6ª Coordenação com sede em Caruaru;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar o Bel. **ERNANDO JORGE MARZOLA**, Promotor de Justiça de Panelas, de 2ª entrância, para o exercício cumulativo no cargo de 10º Promotor de Justiça Criminal de Caruaru, de 2ª entrância, em conjunto ou separadamente, durante as férias do Bel. George Diógenes Pessoa, no período de 31/08/2016 a 09/09/2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 31 de agosto de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.938/2.016

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a indicação da Coordenação da Procuradoria de Justiça junto à Câmara Regional de Caruaru, formalizada por meio do Ofício PJCRC nº 035/2016;

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

I - Designar o Bel. **ALEN DE SOUZA PESSOA**, 6º Promotor de Justiça Criminal da Capital, de 3ª Entrância, para o exercício no cargo de 2º Procurador de Justiça junto à Câmara Regional de Caruaru, de 2ª Instância, no período de 01/09/2016 a 30/09/2016, dispensando-o do exercício de suas atuais atribuições.

II - Atribuir-lhe a diferença de entrância correspondente, com base no Art. 45 da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei n.º 8.625/93.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 31 de agosto de 2016.

Carlos Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ Nº 1.939/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, o teor dos Ofícios nº 143 e 158 / 2016 / EAP / Promotoria de Justiça de Floresta - da 14º Circunscrição Ministerial, datado de 05/07/2016 e 12/07/2016, respectivamente;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

I - Instituir Comissão de Servidores, com o objetivo de auxiliar nos processos judiciais e procedimentos extrajudiciais das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Floresta - 14º Circunscrição Ministerial.

II - Designar os servidores abaixo indicados para comporem a supramencionada Comissão:

MATRÍCULA	NOME
1891138	AMANDA LIMA DE ARAUJO
1897586	FRANCISCO EMANUEL ALVES GONÇALVES
1895702	MAGNO MARCOS FERREIRA FRAZAO
1894030	RENAN DE SOUSA ALBUQUERQUE

III - Atribuir aos integrantes da citada Comissão o Adicional previsto no artigo 4º da Lei 13.536/2008, de 08/09/2008.

IV - Os trabalhos realizados pela Comissão serão acompanhados e controlados pelas 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Floresta, que ao final do prazo deverão apresentar relatório sobre as atividades desenvolvidas e o resultado alcançado;

V - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos até o dia **30/09/2016**.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 31 de agosto de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ Nº 1.940/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que é função do Ministério Público a Defesa do Patrimônio Público Social, consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO as reiteradas remessas e pedidos de informações do Ministério Público de Contas do Estado de Pernambuco quanto às providências adotadas pelos Promotores de Justiça em face das representações oferecidas nos autos dos processos oriundos do Tribunal de Contas, ultrapassando 707 (setecentas e sete) representações até o momento, recepcionadas no âmbito deste Centro de Apoio às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social;

CONSIDERANDO a real necessidade da prestação de um apoio especializado aos Promotores de Justiça com a finalidade de analisar as notícias de fato representadas pelos processos oriundos do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, possibilitando a efetiva promoção das medidas específicas nas esferas cível e criminal, que não envolvam autoridades com foro privilegiado;

CONSIDERANDO a necessidade de estimular e apoiar os membros do Ministério Público de Pernambuco no cumprimento de sua missão constitucional e, assim, atender aos anseios da sociedade na Defesa do Patrimônio Público e social e em defesa da probidade administrativa;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

I - Prorrogar, junto ao Gabinete do Procurador Geral de Justiça, o prazo de validade da Comissão de Defesa do Patrimônio Público, instituída através da Portaria PGJ nº 1.655/2015, com o objetivo de apoiar os Promotores de Justiça de todo o Estado, com atribuição na Promoção e Defesa do Patrimônio Público e Social, para em conjunto ou separadamente com os titulares, com a indispensável anuência destes, atuar nos processos encaminhados em forma de representação pelo Tribunal de Contas do Estado ao Ministério Público de Pernambuco, adotando as medidas na esfera cível e criminal cabíveis.

II - Confirmar a designação dos membros abaixo relacionados para, sob a coordenação do primeiro, comporem a citada comissão:

Mavíael de Souza Silva
Alice de Oliveira Moraes
Aline Daniela Florêncio Laranjeira
Bianca Stella Azevedo Barroso
Marcus Alexandre Tieppo Rodrigues
Vanessa Cavalcanti de Araújo

III - Esta portaria produzirá efeitos por um período de 180 (cento e oitenta) dias, devendo o Coordenador da Comissão de Defesa do Patrimônio Público apresentar ao final dos trabalhos relatório consolidado das ações implementadas, **a partir do dia 03/08/2016**.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 31 de agosto de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.941/2.016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação da Coordenação da 13ª Circunscrição com sede em Jaboatão dos Guararapes;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar a Bela. **ISABELA RODRIGUES BANDEIRA CARNEIRO LEÃO**, 6ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes, de 2ª entrância, para o exercício cumulativo no cargo de 2º Promotor de Justiça de Defesa da Cidadania de Jaboatão dos Guararapes, de 2ª entrância, durante a licença prêmio da Bela. Milena Conceição Rezende Mascarenhas Santos, no período de 01/09/2016 a 30/09/2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 31 de agosto de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.942/2.016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a indicação da Coordenação da 13ª Circunscrição com sede em Jaboatão dos Guararapes;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar a Bela. **RAIMUNDA NONATA BORGES PIAULINO FERNANDES**, 6ª Promotora de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes, de 2ª entrância, para o exercício cumulativo nos cargos de 3º e 4º Promotor de Justiça Cível de Jaboatão dos Guararapes, de 2ª entrância, durante as férias da Bela. Fernanda Arcoverde Cavalcanti Nogueira, no período de 01/09/2016 a 30/09/2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 31 de agosto de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.943/2.016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO os termos da Resolução PGJ nº 006/2016, publicada no DOE de 19/07/2016, que regulamenta a intervenção do Ministério Público nas audiências de custódia e dá outras providências;

CONSIDERANDO a publicação, no DOE de 25/08/2016, da lista final dos habilitados aos editais de exercício cumulativo junto às audiências de custódia;

RESOLVE:

Designar os Membros abaixo indicados para atuarem, em regime de acumulação e em conjunto ou separadamente, junto às audiências de custódia do Polo 1, comarca sede Jaboatão dos Guararapes, a partir da publicação da presente Portaria até ulterior deliberação:

MEMBRO	TITULARIDADE
Ana Cláudia de Moura Walmsley	1ª Promotora de Justiça Criminal de Jaboatão dos Guararapes
Tathiana Barros Gomes	1ª Promotora de Justiça Criminal do Cabo de Santo Agostinho
Rinaldo Jorge da Silva	2º Promotor de Justiça Criminal de Ipojuca

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 31 de agosto de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.944/2.016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO os termos da Resolução PGJ nº 006/2016, publicada no DOE de 19/07/2016, que regulamenta a intervenção do Ministério Público nas audiências de custódia e dá outras providências;

CONSIDERANDO a publicação, no DOE de 25/08/2016, da lista final dos habilitados aos editais de exercício cumulativo junto às audiências de custódia;

RESOLVE:

Designar os Membros abaixo indicados para atuarem, em regime de acumulação e em conjunto ou separadamente, junto às audiências de custódia do Polo 2, comarca sede Olinda, a partir da publicação da presente Portaria até ulterior deliberação:

MEMBRO	TITULARIDADE
Camila Mendes de Santana	2ª Promotora de Justiça Criminal de Paulista
Hilario Marinho Patriota Junior	3º Promotor de Justiça Criminal de Paulista
Rafaela Melo de Carvalho Vaz	1ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania de Paulista

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 31 de agosto de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.945/2.016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO os termos da Resolução PGJ nº 006/2016, publicada no DOE de 19/07/2016, que regulamenta a intervenção do Ministério Público nas audiências de custódia e dá outras providências;

CONSIDERANDO a publicação, no DOE de 25/08/2016, da lista final dos habilitados aos editais de exercício cumulativo junto às audiências de custódia;

RESOLVE:

Designar o Bel. **ERNANDO JORGE MARZOLA**, Promotor de Justiça de Painelas, de 2ª Entrância, para atuar, em regime de acumulação, junto às audiências de custódia do Polo 6, comarca sede Caruaru, a partir da publicação da presente Portaria até ulterior deliberação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 31 de agosto de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.946/2.016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO os termos da Resolução PGJ nº 006/2016, publicada no DOE de 19/07/2016, que regulamenta a intervenção do Ministério Público nas audiências de custódia e dá outras providências;

CONSIDERANDO a republicação, no DOE de 30/08/2016, da lista final dos habilitados ao edital de exercício cumulativo junto às audiências de custódia;

RESOLVE:

Designar os Membros abaixo indicados para atuarem, em regime de acumulação e em conjunto ou separadamente, junto às audiências de custódia do Polo 10, comarca sede Garanhuns, a partir da publicação da presente Portaria até ulterior deliberação:

MEMBRO	TITULARIDADE
Stanley Araújo Corrêa	1º Promotor de Justiça Cível de Garanhuns
Danielly da Silva Lopes	Promotora de Justiça de Lajedo
Maria Aparecida Alcântara Siebra	Promotora de Justiça de Bom Conselho

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 31 de agosto de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.947/2.016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO os termos da Resolução PGJ nº 006/2016, publicada no DOE de 19/07/2016, que regulamenta a intervenção do Ministério Público nas audiências de custódia e dá outras providências;

CONSIDERANDO a publicação, no DOE de 25/08/2016, da lista final dos habilitados aos editais de exercício cumulativo junto às audiências de custódia;

RESOLVE:

Designar o Bel. **CARLOS HENRIQUE TAVARES ALMEIDA**, Promotor de Justiça de Serrita, de 1ª Entrância, para atuar, em regime de acumulação, junto às audiências de custódia do Polo 15, comarca sede Salgueiro, a partir da publicação da presente Portaria até ulterior deliberação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 31 de agosto de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.948/2.016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO os termos da Resolução PGJ nº 006/2016, publicada no DOE de 19/07/2016, que regulamenta a intervenção do Ministério Público nas audiências de custódia e dá outras providências;

CONSIDERANDO a publicação, no DOE de 25/08/2016, da lista final dos habilitados aos editais de exercício cumulativo junto às audiências de custódia;

RESOLVE:

Designar o Bel. **JÚLIO CÉSAR SOARES LIRA**, 2º Promotor de Justiça Criminal de Petrolina, de 2ª Entrância, para atuar, em regime de acumulação, junto às audiências de custódia do Polo 17, comarca sede Petrolina, a partir da publicação da presente Portaria até ulterior deliberação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 31 de agosto de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.949/2.016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO os termos da Resolução PGJ nº 006/2016, publicada no DOE de 19/07/2016, que regulamenta a intervenção do Ministério Público nas audiências de custódia e dá outras providências;

CONSIDERANDO a republicação, no DOE de 31/08/2016, da lista final dos habilitados ao edital de exercício cumulativo junto às audiências de custódia;

RESOLVE:

Designar os Membros abaixo indicados para atuarem, em regime de acumulação e em conjunto ou separadamente, junto às audiências de custódia do Polo 18, comarca sede Petrolina, a partir da publicação da presente Portaria até ulterior deliberação:

MEMBRO	TITULARIDADE
Ana Cláudia de Sena Carvalho	4ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania de Petrolina
Ana Paula Nunes Cardoso	3ª Promotora de Justiça Criminal de Petrolina
Rosane Moreira Cavalcanti	3ª Promotora de Justiça Substituta das Comarcas de 1ª Entrância da 2ª Circunscrição Ministerial

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 31 de agosto de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.950/2.016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 12/94, com suas alterações posteriores;

CONSIDERANDO a lista final de habilitados ao edital dos feitos do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Olinda, publicada no DOE de 18/05/2016;

CONSIDERANDO a necessidade e a conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar a Bela. **RAFAELA MELO DE CARVALHO VAZ**, 1ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania de Paulista, de 2ª entrância, para atuar, em caráter cumulativo, nos feitos do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Olinda, durante as férias do Bel. Allison de Jesus Cavalcanti de Carvalho, no período de 01/09/2016 a 30/09/2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 31 de agosto de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA POR-PGJ N.º 1.951/2.016

O PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência do serviço;

RESOLVE:

Designar o Bel. **JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS NETO**, 3º Promotor de Justiça Cível da Capital, de 3ª Entrância, para o exercício cumulativo no cargo de 8º Promotor de Justiça Cível da Capital, durante as férias do Bel. Paulo César do Nascimento, no período de 01/09/2016 a 30/09/2016.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, em 31 de abril de 2016.

Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA PRE/PE Nº 43/2016

O PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, na forma dos artigos 78 e 79 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, das Resoluções Conjuntas n.º 01/2001 e 001/2011 PGJ/PRE,

CONSIDERANDO as indicações do Procurador-Geral de Justiça de Pernambuco, por meio da Portaria POR-PGJ N.º 1.925/2016, de 29 de agosto de 2016;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, da Resolução CNMP nº30/2008,

RESOLVE:

I - Designar o Promotor de Justiça para oficial perante a Justiça Eleitoral, de primeira instância, conforme a seguir:

COMARCA	ZONA ELEITORAL	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO
Tacaratu	089ª	José da Costa Soares	29/08/2016 a 14/03/2017

II - Determinar que o Promotor de Justiça ora indicado comunique o início do exercício na respectiva zona eleitoral, apresentando relatório das atividades eleitorais à Procuradoria Regional Eleitoral;

III - O envio do relatório é obrigatório e será, nos anos não eleitorais, trimestral, até o quinto dia útil dos meses de abril, julho, outubro e janeiro do ano seguinte. Em ano eleitoral, o envio será semestral, até o quinto dia dos meses de julho e janeiro do ano seguinte.

IV. O Promotor que deixar de exercer a função eleitoral deverá repassar todos as informações necessárias ao preenchimento do referido relatório ao novo promotor que assumirá as funções na Zona Eleitoral.

V - Advertir, finalmente, que ocorrendo desistência, promoção ou impedimento de ordem legal, a substituição obedecerá, rigorosamente, às regras contidas na Resolução Conjunta PGJ/PRE n.º 01/2001 e Resolução Conjunta PGJ/PRE nº 001/2011, PGJ/PRE, salvo a impossibilidade de sua aplicação, quando será observado o disposto no art. 9º, inciso V, da Lei Complementar Estadual n.º 12/94, de 27 de dezembro de 1994, com as alterações constantes na Lei Complementar Estadual n.º 21/98, de 28 de dezembro de 1998.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 30 de agosto de 2016.

ANTONIO CARLOS DE V. C. BARRETO CAMPELLO
Procurador Regional Eleitoral

Assessoria Técnica em Matéria Administrativo - Constitucional

A Excelentíssima Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça em Assuntos Administrativos , Doutora LAIS COELHO TEIXEIRA CAVALCANTI, na Assessoria Técnica em Matéria Administrativo-constitucional, com fundamentos na manifestação do Promotor de Justiça Dr. Antônio Fernandes Oliveira Matos Júnior, exarou o seguinte despacho:

Dia: 30/08/2016:
Auto nº 2016/2386938
Natureza: Procedimento Administrativo
SIIG nº. 0016060-4/2016
Interessado: Roberto Burlamaque Catunda Sobrinho, Promotor de Justiça
Assunto: Abono de Permanência.
Acolho integralmente a Manifestação da ATMA e reconheço o direito do Requerente, o Promotor de Justiça ROBERTO BURLAMAQUE CATUNDA SOBRINHO, ao abono de permanência retroativo a 10/05/2016, com fulcro no art. 2º, da emenda constitucional nº 41/2003, no art. 40, § 19, da Constituição Federal e no art. 2º, da Lei Complementar Estadual nº 56/2003, deferindo seu pedido e determinando ao Departamento Ministerial de Pagamento de Pessoal – DEMPAG que inclua o referido abono em folha de pagamento. Determino, ainda: a) a remessa do presente procedimento administrativo ao Departamento Ministerial de Pagamento de Pessoal – DEMPAG, para fins de cálculo; b) após, encaminhe-se à AMPEO – Assessoria Ministerial de Planejamento e Estratégia Organizacional para verificar a disponibilidade financeira e orçamentária, para efetuar o referido pagamento; d) por fim, retornem-se os autos à Procuradoria-Geral de Justiça para definição da forma de pagamento. Publique-se.

Recife, 30 de agosto de 2016.

LAIS COELHO TEIXEIRA CAVALCANTI
SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA EM ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
(Atuando sob delegação dada pela Portaria PGJ nº 246/2015)

Conselho Superior do Ministério Público

ATA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Data: 24 de agosto de 2016
Horário: 14h
Local: Salão dos Órgãos Colegiados da Procuradoria Geral de Justiça, localizado na Rua do Imperador D. Pedro II, n.º 473, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE.
Presidência: Dr. Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda
Conselheiros Presentes: Drs. Carlos Augusto Arruda Guerra de Holanda, Renato da Silva Filho-Corregedor, Ivan Wilson Porto (substituindo a Conselheira Dr. Lúcia de Assis), Gilson Roberto de Melo Barbosa (substituindo a Conselheira Drª. Janeide Oliveira de Lima), José Lopes de Oliveira Filho, Paulo Roberto Lapenda Figueiroa, José Elias Dubard de Moura Rocha e Sílvio José Menezes Tavares.
Representante da AMPPE: Dr. Marcos Antônio Carvalho.
Secretário: Dr. Petrócio José Luna.

Consubstanciada em ata eletrônica, gravada em áudio (Formato MP3). Dando início aos trabalhos o Presidente do Conselho, Dr. Carlos Guerra, cumprimentou todos os presentes. Solicitou que o Secretário desse prosseguimento com a verificação da constituição do quorum regimental. Tendo o Secretário constatado o comparecimento dos Conselheiros acima mencionados, ausência justificada das Conselheiras Drª. Lúcia de Assis e Drª. Maria Helena da Fonte Carvalho que estão de férias, do Conselheiro Dr. Valdir Barbosa Júnior (substituindo a Conselheira Drª. Maria Helena da Fonte Carvalho) que se encontra em reunião e da Conselheira Drª. Janeide Oliveira de Lima que se encontra de licença. Com a correspondente constituição do quorum regimental foi passada a palavra ao Presidente que declarou aberta a sessão, passando a tratar dos assuntos previstos em pauta: **I – Comunicação:** O Presidente do Conselho, Dr. Carlos Guerra, deu as boas vindas ao Dr. Marcos Antônio, em nome da Associação, e desejou um bom trabalho e êxito para a nova gestão que inicia na AMPPE. O Corregedor, Dr. Renato da Silva Filho, informou que, em cumprimento a determinação do Conselho, instaurou Processo Administrativo e encaminhou para providências do Procurador Geral de Justiça o restante da decisão do Colegiado. O Presidente do Conselho, Dr. Carlos Guerra, disse que irá adotar as providências. **II - Aprovação de Ata:** Colocada em apreciação a Ata da 31ª Sessão Ordinária/2016 do Conselho Superior do Ministério Público, foi aberta à discussão. Feitas as alterações solicitadas, foi colocada em votação e aprovada, à unanimidade. **III - Apresentação e Apreciação da Lista de Antiguidade:** Colocado para apreciação, o Colegiado decidiu retirar de pauta para atualização das informações, ante a aposentação da Drª. Fernanda Branco e necessidade de inclusão do último nomeado. **III - Comunicações Diversas:** Colocadas em apreciação pelo Presidente do Conselho os itens: **IV.I –** Instaurações de Inquéritos Cíveis e PP's: Doc. 7107920, Doc. 7098978, Doc. 7105533, Doc. 7107033, Doc. 7094863, Doc. 7104997, Doc. 7101057, Doc. 7097809, Doc. 7129437, Doc. 7129950, Doc. 7129954, Doc. 7129958, Doc. 7129850, Doc. 7129862 e Doc. 7129892. **IV.II –** Conversão de PP's em IC's: Doc. 6638916, Doc. 7093143, Doc. 7105901, Doc. 7099458, Doc. 7087348, Doc. 7073034, Doc. 7109224, Doc. 6576222, Doc. 7126996, Doc. 7112982, Doc. 7129653, Doc. 6976966, Doc. 7133859, Doc. 7133597, Doc. 7133525, Doc. 7085120, Doc. 7086908, Doc. 7084790, Doc. 7027583, Doc. 7092989, Doc. 7092957 e Doc. 7092610. **IV.III –** Prorrogação de Prazo: Doc. 6576222, Doc. 6555604, Doc. 6535561, Doc. 6527090, Doc. 2856809, Doc. 2569504, Doc. 2857053, Doc. 3338271, Doc. 2666619, Doc. 6556996, Doc. 6541297, Doc. 6541793, Auto 2011/46009, Doc. 6546351, Doc. 6546324, Doc. 6513372, Doc. 6511193, Doc. 6523083, Doc. 6524787, Doc. 6518638, Doc. 6512826, Doc. 6511805, Doc. 6505321, Doc. 6505421, Doc. 6498164, Doc. 6498012, Doc. 6473344, Doc. 6435222, Doc. 6473650, Doc. 6473804, Doc. 6467377, Doc. 6473875, Doc. 6473523, Doc. 6508445, Doc. 6506344, Doc. 6506695, Doc. 6503855, Doc. 6461082, Doc. 6465932, Doc. 6466451, Doc. 6466271, Doc. 6472241, SIIG nº 0008428-4/2016, Doc. 3670077, Doc. 6538487, Doc. 6523050, Doc. 6524568, Doc. 6525375, Doc. 6523691, Doc. 6498219, Doc. 6513607, Doc. 6528376, Doc. 6517943, Doc. 6521183, Auto 2010/68799, Auto 2015/2071619, Doc. 6480449, Auto 2013/1191672, Auto 2015/2114702, Auto 2015/2121790, Auto 2015/2125102, Auto 2015/2134566, Doc. 6480969, Auto 2015/2121666, Auto 2013/1043412, Auto 2015/2134543, Auto 2015/2114745, Auto 2013/1126819, Doc. 4619707, Doc. 3337981,

SIIG nº 0012469-4/2016, Doc. 3338282, Doc. 6655552, Doc. 6634745, SIIG nº 0012806-8/2016, Auto 2014/1574979, Doc. 6659692, SIIG nº 0013044-3/2016, Doc. 6674763, Doc. 4837589, Doc. 6677156, Doc. 6677157, Doc. 6564346, Doc. 6685337, Doc. 6691499, Doc. 6574301, Doc. 6691458, Doc. 6691453, Doc. 6691438, Doc. 6568279, Doc. 6691069, Doc. 6691054, Doc. 6691088, Doc. 6691152, Doc. 6691195, Doc. 6573383, Doc. 6691725, Doc. 6691744, Doc. 6691675, Doc. 6691769, Doc. 6690981, Doc. 6691999, Doc. 6691955, Doc. 6572961, Doc. 6691889, Doc. 6691860, Doc. 6691809, Doc. 6691528, Doc. 2013/1276448, Doc. 6692015, Doc. 6692044, Doc. 6691398, Doc. 6669444, Doc. 6694471 e Doc. 6663943. **IV.IV –** Recomendação: Doc. 7065620, Doc. 6962107, Auto 2016/2256313, Doc. 7034990 e Doc. 7051766. **IV. V –** Diversos: Doc. 7069242, Doc. 6997773, Doc. 6989125, Doc. 7034909, Doc. 6997145, Doc. 6997746 e Doc. 6989383. Aberta a discussão e, não havendo questionamentos, o Conselho Superior, **A UNANIMIDADE, DECIDIU CONHECÊ-LOS E DETERMINAR QUE A SECRETARIA: A) OFICIE OS PROMOTORES DE JUSTIÇA QUE ENCAMINHARAM RECOMENDAÇÕES PARA QUE INFORMEM AS MEDIDAS EFETIVAS NO SENTIDO DE SEREM CUMPRIDAS AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS; B) OFICIE OS PROMOTORES DE JUSTIÇA QUE ENCAMINHARAM TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDTUA PARA QUE ACOMPANHEM O CUMPRIMENTO E CASO NÃO SEJA CUMPRIDO TOMEM AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS; C) PROCEDA ÀS DEVIDAS ANOTAÇÕES PARA EFEITO DE CONTAGEM DE PRAZO; e D) ARQUIVE-SE OS DEMAIS: ALÉM DE PROCEDER COM OS ENCAMINHAMENTOS NA FORMA ESTABELECIDA PELAS RESOLUÇÕES DESTES CONSELHO. IV – Processos de Distribuições Anteriores:** O Conselheiro Dr. Sílvio Tavares trouxe o(s) processo(s): 2016/2285744, Correição, 25ª Promotória de Justiça Cível da Capital, relatando e votando pelo arquivamento. 2016/2310022, Correição, 2ª Promotória de Justiça Criminal de Garanhuns, relatando e votando pelo arquivamento. Colocado(s) em votação, foi determinado, por unanimidade, o arquivamento nos termos do voto do relator, tendo se declarado impedido o Dr. Renato da Silva Filho e Dr. Paulo Lapenda. O Conselheiro Dr. José Lopes trouxe o(s) processo(s): Relatório Trimestral, Drª. ..., período 1/2/2016 a 30/4/2016, relatando e votando pelo arquivamento. Relatório de Inspeção nº 020-1/2016, 2ª Promotória de Justiça de Cabrobó, data 7/6/2016, relatando e votando pelo arquivamento. Correição 168/2015, Promotória de Justiça de Lagoa do Itaenga, relatando e votando pelo arquivamento. Correição 172/2015, 1ª Promotória de Justiça de Surubim, relatando e votando pelo arquivamento. Colocado(s) em votação, foi determinado, por unanimidade, o arquivamento nos termos do voto do relator, tendo se declarado impedido o Dr. Renato da Silva Filho e Dr. Paulo Lapenda. O Conselheiro Dr. Gilson Barbosa trouxe o(s) processo(s): 2016/2354564, Relatório Trimestral, Dr. ..., relatando e votando pelo arquivamento. 2016/2346259, Relatório Trimestral, Dr. ..., relatando e votando pelo arquivamento. 2016/2313028, Correição, Promotória de Justiça de João Alfredo, relatando e votando pelo arquivamento. 2016/2319503, Correição, Promotória de Justiça de Orobó, relatando e votando pelo arquivamento. Colocado(s) em votação, foi determinado, por unanimidade, o arquivamento nos termos do voto do relator, tendo se declarado impedido o Dr. Renato da Silva Filho e Dr. Paulo Lapenda. O Conselheiro Dr. Gilson Barbosa informou que encaminhou o processo 2016/2352864 a Corregedoria para maiores informações. O Conselheiro Dr. Sílvio Tavares trouxe o(s) processo(s): 2014/1737853, 2016/2214517, 2014/1757679, 2015/1847634, 2009/72164, 2015/2122372, 2009/18398, 2013/1192538, 2015/2025626, 2014/1607441, 2015/2067202, 2015/1983798, 2015/1891042, 2012/746987, 2012/852981, 2015/1962169, 2013/1091530, 2012/889541 e 2013/1099546, pelo qual dá conhecimento da decisão monocrática pela homologação do arquivamento, nos termos da previsão normativa. O Conselheiro Dr. José Elias trouxe o(s) processo(s): 2014/1587288, relatando e votando pela rejeição do arquivamento, pois, se ocorreu como relatado pela denunciante, saiu da esfera privada e passou a ser de interesse público, portanto, não importando a perda do interesse da representante na continuidade do processo, e que os fatos narrados, além da análise no âmbito civil, de improbidade, que não foi analisado, devem ser apreciados no âmbito penal, além de que não é possível a substituição da atuação do Ministério Público por comissão processante em órgão público, **DEVENDO OS AUTOS SER ENCAMINHADOS URGENTEMENTE PARA O PROMOTOR PÚBLICO SUBSTITUTO E CÓPIA A PROMOTÓRIA DE JUSTIÇA CRIMINAL.** 2015/1898250, pelo qual dá conhecimento da decisão pela conversão em diligência, nos termos da previsão normativa, **A FIM DE QUE SEJA JUNTADA A CERTIDÃO DE ÓBITO.** Colocado(s) em votação, foi determinado, por unanimidade, as PROVIDÊNCIAS NOS 2014/1587288 e 2015/1898250 nos termos do voto do relator. 2015/1852355, 2012/2799252, 2012/789297, 2013/1410172, 2015/1859976, 2012/608431 e 2014/1715885, pelo qual dá conhecimento da decisão monocrática pela homologação do arquivamento, nos termos da previsão normativa. O Conselheiro Dr. Paulo Lapenda trouxe o(s) processo(s): 2010/62961, 2012/715885, 2012/761161, 2012/811715, 2012/987882, 2014/1509950, 2015/1855689, 2015/1966891, 2015/2036386 e 2016/2175112, pelo qual dá conhecimento da decisão monocrática pela homologação do arquivamento, nos termos da previsão normativa. O Conselheiro Dr. José Lopes trouxe o(s) processo(s): 2013/1290533, 2013/1367521, 2015/1928788, 2016/2247643, 2016/2231273, 2012/977457, 2016/2289238, 2014/1692235, 2013/1277399 e 2012/775195, pelo qual dá conhecimento da decisão monocrática pela homologação do arquivamento, nos termos da previsão normativa. O Conselheiro Dr. Gilson Barbosa trouxe o(s) processo(s): 2014/1451804, 2014/1459163, 2014/1630938, 2015/1929462, 2015/2020450, 2016/2186524, 2016/2220722, 2016/2235688, 2016/2338764 e 2015/2136478, pelo qual dá conhecimento da decisão monocrática pela homologação do arquivamento, nos termos da previsão normativa. O Conselheiro Dr. Ivan Porto trouxe o(s) processo(s): 2011/8503 e 2011/31361, **DEVOLVE A SECRETARIA PARA DISTRIBUIÇÃO, POR PREVENÇÃO, PARA A CONSELHEIRA DRª. MARIA HELENA.** 2014/1558551, 2010/84322, 2015/1876369, 2013/1124672, 2012/1254824, 2015/1802900, 2013/1170208 e 2013/1369908, pelo qual dá conhecimento da decisão monocrática pela homologação do arquivamento, nos termos da previsão normativa. O Presidente do Conselho agradeceu a todos e declarou encerrada a sessão.

Corregedoria Geral de Justiça

QUADRO ESTATÍSTICO MENSAL

JULHO / 2016

COMUNICAÇÕES - MEMBROS/CORREGEDORIA	Recebidas e Anotadas
Comunicações de Atividades Docentes	4
Comunicações Relativas às Resoluções do CNMP	342
Comunicações de Afastamentos	37
Comunicações de Assunção/Reassunção	50
Comunicações Diversas	341

ASSESSORIA	Recebidos	Analisados
Sínteses das Atividades Funcionais	687	687
Relatórios do Júri	5	5
Pedidos de Residência Fora da Comarca	1	1
Pedidos de Ressarcimento de Combustível e Mudança	15	15
Relatórios Trimestrais (Estágio Probatório)	2	3
Informações ao Conselho Superior do Ministério Público	0	0
Outros Procedimentos/Expedientes	45	45

PROCESSOS	Saldo mês anterior	Abertos	Encerrados	Em andamento
Processos Administrativos Disciplinares	3	0	0	3
Sindicâncias	2	0	0	2
Solicitação de Informações	21	2	8	13
Expedientes Administrativos	1	3	2	1

VISITAS	Previstas	Realizadas
Inspeções	8	8
Correições	21	21

REUNIÕES	Previstas	Realizadas
Trabalho – Setoriais	8	8
Estágio Probatório	0	0

PUBLICAÇÕES	
Portarias	0
Recomendações	0
Avisos	1
Editais de Correição	1
Outras	6

EXPEDIENTES GERAIS	Recebidos	Expedidos
Ofícios Diversos	337	303
Comunicações Internas	9	4
Outros	491	535

Recife, 25 de agosto de 2016.

RENATO DA SILVA FILHO
Corregedor-Geral

Secretaria Geral

PORTARIA – POR - SGMP- 411 /2016

O SECRETÁRIO GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, por delegação do Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, na RES – PGJ nº 0002/2014, de 17.03.2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 19/03/2014;

Considerando a necessidade dos Plantões Ministeriais serem providos de apoio técnico e/ou administrativo necessários ao desempenho das atividades dos Promotores de Justiça plantonistas, conforme previsão contida na Resolução CPJ nº 003/2005 de 24.03.05;

Considerando o teor da Instrução Normativa PGJ nº 001/2016 de 20.01.16;

Considerando o teor do e-mail enviado pela Coordenadoria Administrativa da 14ª Circunscrição em 31/08/2016;

RESOLVE:

I – Publicar a Escala de Plantão dos servidores do Ministério Público, conforme discriminado a seguir:

ESCALA DE PLANTÃO MINISTERIAL DA 14ª CIRCUNSCRIÇÃO COM SEDE EM SERRA TALHADA					
DATA	DIA	HORÁRIO	LOCAL DO PLANTÃO	SERVIDORES (TITULAR E SUBSTITUTO)	SERVIDORES (TITULAR E SUBSTITUTO)
08.09.16	quinta	13:00 hs às 17:00 hs	Serra Talhada	Francisco Emanuel A. Gonçalves Márcio Breno L. de Sá Cantarelli	João Bosco Alves de Arruda-

II- Autorizar a Coordenadoria Ministerial de Gestão de Pessoas a promover a implantação do pagamento das horas extras e ainda a concessão do auxílio-refeição dos servidores plantonistas, com base no Relatório de Plantão Ministerial.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Recife, 31 de agosto de 2016.

Aguinaldo Fenelon de Barros
SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Promotorias de Justiça

34ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital
Promoção e Defesa da Saúde

INQUÉRITO CIVIL Nº 126/2015 – 34ª PJS

RECOMENDAÇÃO Nº 001/2016 – 34 PJS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, pela Promotora de Justiça signatária, considerando o que consta no inquérito civil em epígrafe, instaurado na 34ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital, e ainda:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público, contidas no artigo 129, incisos II, III e VI, da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO o previsto no art. 25, inc. IV, alínea “a”; no art. 26, inc. I, alínea “b”, da Lei nº. 8.625, de 12.02.1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no artigo 5º, incs. II e IV, da Lei Complementar Estadual nº 12/1994;

CONSIDERANDO o estampado no artigo 5º, incisos I, alínea “h”, III, alínea “b”; no artigo 6º, incisos VII, alíneas “a” e “b”, e no artigo 8º, inciso II, todos da Lei Complementar nº 75, de 20.05.1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União – LOMPU);

CONSIDERANDO que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e que o Ministério Público tem como funções institucionais a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, de conformidade com os artigos 127, *caput*, e 129, II e VI, da Constituição, artigo 5º da Lei Complementar 75/93 e artigo 4º, IV, alínea “a”, da Lei Complementar Estadual nº 12/1994;

CONSIDERANDO que dispõe o art. 129, inciso II, da Constituição da República ser função institucional do Ministério Público “*zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia*”;

CONSIDERANDO a possibilidade de o Ministério Público “*expedir recomendações visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo para a adoção das providências cabíveis*”, consoante o disposto no artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/93, bem como no art. 27, Parágrafo único, inc. IV, da Lei nº. 8.625/93 e no art. 5º, inc. IV, da Lei Complementar Estadual nº 12/1994;

CONSIDERANDO que a saúde é direito social constitucionalmente reconhecido (art. 6º da CR/88), e são de relevância pública as ações e serviços de saúde (art. 197, CR/88); CONSIDERANDO que, no cumprimento do dever de prestar assistência integral à saúde da população, o Poder Público atuará por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS – seja diretamente, por meio de unidades públicas de saúde, ou indiretamente, arcando com o custo dos tratamentos efetivados por instituições de saúde conveniadas;

CONSIDERANDO ser atribuição do Ministério Público promover as medidas necessárias para que o Poder Público, por meio dos serviços de relevância pública, respeite os direitos assegurados na Constituição de 1988, como o direito à saúde e ao irrestrito acesso a atendimentos e tratamentos médicos, com o consequente direito dos usuários do Sistema Único de Saúde a terem acesso ao prontuário médico;

CONSIDERANDO que o Hospital Otávio de Freitas, quando instado a se manifestar nos autos do Inquérito Civil nº 126/2015, que trata de falhas no atendimento médico prestado ao usuário Oderley José da Silva na unidade, informou, por meio do Ofício nº. 1522/2015, que não localizou o prontuário médico do usuário em questão, mesmo após diligências empreendidas junto à Chefia do Serviço Médico e Estatístico – SAME, disponibilizando, tão somente, resumo do registro do atendimento ofertado;

CONSIDERANDO que o Código de Ética Médica de 2009 estabelece, em seu art. 87, que é vedado ao médico deixar de elaborar prontuário legível para cada paciente, bem como prevê que tal documento deve conter os dados clínicos necessários para a boa condução do caso, devendo ser preenchido, em cada avaliação, em ordem cronológica com data, hora, assinatura e número de registro do médico no Conselho Regional de Medicina;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 87, § 2º do Código de Ética Médica e do art. 2º, inc. II, da Resolução CFM nº. 1.638/2002, compete à instituição de saúde e/ou ao médico o dever de guarda do prontuário, o qual deve estar disponível nos ambulatórios, nas enfermarias e nos serviços de emergência para permitir a continuidade do tratamento do paciente e documentar a atuação de cada profissional;

CONSIDERANDO que, consoante os dispositivos mencionados, as instituições de saúde devem garantir a supervisão permanente dos prontuários sob sua guarda, visando manter a qualidade e preservação das informações neles contidas;

CONSIDERANDO, ainda, o teor da Resolução CFM nº. 1.821/2007, a qual aprova normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos componentes dos prontuários de pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde, e prevendo, por sua vez, que os prontuários médicos não arquivados eletronicamente devem ser conservados em sua forma original por um prazo de 20 (vinte) anos a partir do último registro no prontuário do paciente;

RESOLVE, com o objetivo de garantir os direitos constitucionais e legais acima mencionados, especialmente, o dever de guarda e manutenção dos prontuários dos usuários do Sistema Único de Saúde pelas unidades de saúde, **RECOMENDAR** à Secretaria Estadual de Saúde e à Diretoria do Hospital Otávio de Freitas **que promovam, no prazo de 60 (sessenta) dias, a implantação de sistema informatizado para preenchimento, guarda e manuseio dos documentos componentes dos prontuários dos pacientes na unidade, obedecendo às diretrizes das Resoluções do Conselho Federal de Medicina nº 1.638/2002 e nº 1.821/2007.**

Em consonância com o art. 8º, § 5º, da Lei Complementar nº 75/93 e com o artigo 5º, Parágrafo único, IV, da Lei Complementar Estadual nº 12/1994, fica estabelecido o **prazo de 60 (sessenta) dias** para que informe sobre o acatamento da presente recomendação e as providências adotadas para seu cumprimento.

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto às providências solicitadas, podendo implicar a adoção das providências administrativas e judiciais cabíveis em razão da violação dos dispositivos legais e constitucionais em virtude dos quais se recomenda.

Registra-se, ainda, que este ato não esgota a atuação do Ministério Público sobre o tema, não excluindo futuras recomendações ou outras iniciativas com relação aos agentes supramencionados ou outros, bem como com relação aos entes públicos com responsabilidade e competência na matéria.

Publique-se no Diário Oficial do Estado, nos termos do art. 43 da Resolução nº. CSMP nº 001/2012.

Notifiquem-se.

Recife, 31 de agosto de 2016.

Helena Capela

34ª Promotora de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital
Promoção e Defesa da Saúde

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA CIDADANIA DA CAPITAL COM ATUAÇÃO NA PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DA PESSOA IDOSA

PORTARIA Nº. 093/2016
Nº AUTO 2016/2203399
Nº DOC 6506530

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da 30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com Atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, e pelos artigos 1º e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº 12/1994, com as alterações da Lei Complementar nº 21/1998:

CONSIDERANDO o Procedimento Preparatório nº 16028-30, em trâmite nesta Promotoria de Justiça, no qual figura como parte o idoso Antônio Ernesto Lopes de Vasconcelos;

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e da Resolução nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do Inquérito Civil e do Procedimento de Investigação Preliminar;

CONSIDERANDO que o prazo estabelecido no art. 22 da Resolução 001/2012 do CSMP para conclusão do procedimento de investigação preliminar é de 90(noventa) dias, prorrogável por igual prazo, única vez, o qual, uma vez esgotado, impõe o seu arquivamento, o ajuizamento da respectiva Ação Civil Pública ou sua conversão em Inquérito Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade às investigações e à coleta de informações para o esclarecimento dos fatos em apuração e adoção de eventuais medidas extrajudiciais para a solução dos problemas apontados na representação;

CONVERTE o procedimento acima referido em **INQUÉRITO CIVIL**, adotando as seguintes providências:

I - Autuação das peças oriundas do procedimento enunciado na forma de Inquérito Civil, inclusive no sistema Arquimedes;

II - Remessa da presente portaria à Secretaria-Geral do Ministério Público para publicação no Diário Oficial;

III - Remessa da presente portaria à Corregedoria-Geral do Ministério Público, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público e ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa do Recife;

IV - Após publicação da presente Portaria, aguarde-se realização de audiência nesta Promotoria.

Recife, 29 de Agosto de 2016.

Luciana Maciel Dantas Figueiredo
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº. 094/2016
Nº AUTO 2016/2205398
Nº DOC 6507197

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da 30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com Atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, e pelos artigos 1º e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº 12/1994, com as alterações da Lei Complementar nº 21/1998:

CONSIDERANDO o Procedimento Preparatório nº 16030-30, em trâmite nesta Promotoria de Justiça, no qual figura como parte a idosa conhecida como Severina;

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e da Resolução nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do Inquérito Civil e do Procedimento de Investigação Preliminar;

CONSIDERANDO que o prazo estabelecido no art. 22 da Resolução 001/2012 do CSMP para conclusão do procedimento de investigação preliminar é de 90(noventa) dias, prorrogável por igual prazo, única vez, o qual, uma vez esgotado, impõe o seu arquivamento, o ajuizamento da respectiva Ação Civil Pública ou sua conversão em Inquérito Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade às investigações e à coleta de informações para o esclarecimento dos fatos em apuração e adoção de eventuais medidas extrajudiciais para a solução dos problemas apontados na representação;

CONVERTE o procedimento acima referido em **INQUÉRITO CIVIL**, adotando as seguintes providências:

I - Autuação das peças oriundas do procedimento enunciado na forma de Inquérito Civil, inclusive no sistema Arquimedes;

II - Remessa da presente portaria à Secretaria-Geral do Ministério Público para publicação no Diário Oficial;

III - Remessa da presente portaria à Corregedoria-Geral do Ministério Público, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público e ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa do Recife;

IV - Após publicação da presente Portaria, aguarde-se término do prazo para resposta do ofício 1395/2016-DHPI.

Recife, 29 de Agosto de 2016.

Luciana Maciel Dantas Figueiredo
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº. 095/2016
Nº AUTO 2016/2170809
Nº DOC 6508760

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da 30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com Atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, e pelos artigos 1º e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº 12/1994, com as alterações da Lei Complementar nº 21/1998:

CONSIDERANDO o Procedimento Preparatório nº 16032-30, em trâmite nesta Promotoria de Justiça, no qual figura como parte a idosa Rosa Maria Gomes da Silva;

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e da Resolução nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do Inquérito Civil e do Procedimento de Investigação Preliminar;

CONSIDERANDO que o prazo estabelecido no art. 22 da Resolução 001/2012 do CSMP para conclusão do procedimento de investigação preliminar é de 90(noventa) dias, prorrogável por igual prazo, única vez, o qual, uma vez esgotado, impõe o seu arquivamento, o ajuizamento da respectiva Ação Civil Pública ou sua conversão em Inquérito Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade às investigações e à coleta de informações para o esclarecimento dos fatos em apuração e adoção de eventuais medidas extrajudiciais para a solução dos problemas apontados na representação;

CONVERTE o procedimento acima referido em **INQUÉRITO CIVIL**, adotando as seguintes providências:

I - Autuação das peças oriundas do procedimento enunciado na forma de Inquérito Civil, inclusive no sistema Arquimedes;

II - Remessa da presente portaria à Secretaria-Geral do Ministério Público para publicação no Diário Oficial;

III - Remessa da presente portaria à Corregedoria-Geral do Ministério Público, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público e ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa do Recife;

IV - Após publicação da presente Portaria, aguarde-se término do prazo para resposta do ofício 1103/2016-DHPI.

Recife, 30 de Agosto de 2016.

Luciana Maciel Dantas Figueiredo
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº. 096/2016
Nº AUTO 2016/2227524
Nº DOC 6508849

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da 30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com Atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, e pelos artigos 1º e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº 12/1994, com as alterações da Lei Complementar nº 21/1998:

CONSIDERANDO o Procedimento Preparatório nº 16033-30, em trâmite nesta Promotoria de Justiça, no qual figura como parte a idosa Conceição de Souza Santos;

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e da Resolução nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do Inquérito Civil e do Procedimento de Investigação Preliminar;

CONSIDERANDO que o prazo estabelecido no art. 22 da Resolução 001/2012 do CSMP para conclusão do procedimento de investigação preliminar é de 90(noventa) dias, prorrogável por igual prazo, única vez, o qual, uma vez esgotado, impõe o seu arquivamento, o ajuizamento da respectiva Ação Civil Pública ou sua conversão em Inquérito Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade às investigações e à coleta de informações para o esclarecimento dos fatos em apuração e adoção de eventuais medidas extrajudiciais para a solução dos problemas apontados na representação;

CONVERTE o procedimento acima referido em **INQUÉRITO CIVIL**, adotando as seguintes providências:

I - Autuação das peças oriundas do procedimento enunciado na forma de Inquérito Civil, inclusive no sistema Arquimedes;

II - Remessa da presente portaria à Secretaria-Geral do Ministério Público para publicação no Diário Oficial;

III - Remessa da presente portaria à Corregedoria-Geral do Ministério Público, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público e ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa do Recife;

IV - Após publicação da presente Portaria, aguarde-se término do prazo para resposta do ofício 1389/2016-DHPI.

Recife, 30 de Agosto de 2016.

Luciana Maciel Dantas Figueiredo
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº. 097/2016
Nº AUTO 2016/2219128
Nº DOC 6506257

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da 30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com Atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, e pelos artigos 1º e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº 12/1994, com as alterações da Lei Complementar nº 21/1998:

CONSIDERANDO o Procedimento Preparatório nº 16026-30, em trâmite nesta Promotoria de Justiça, no qual figura como parte a idosa Cícera Maria da Silva;

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e da Resolução nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do Inquérito Civil e do Procedimento de Investigação Preliminar;

CONSIDERANDO que o prazo estabelecido no art. 22 da Resolução 001/2012 do CSMP para conclusão do procedimento de investigação preliminar é de 90(noventa) dias, prorrogável por igual prazo, única vez, o qual, uma vez esgotado, impõe o seu arquivamento, o ajuizamento da respectiva Ação Civil Pública ou sua conversão em Inquérito Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade às investigações e à coleta de informações para o esclarecimento dos fatos em apuração e adoção de eventuais medidas extrajudiciais para a solução dos problemas apontados na representação;

CONVERTE o procedimento acima referido em **INQUÉRITO CIVIL**, adotando as seguintes providências:

I - Autuação das peças oriundas do procedimento enunciado na forma de Inquérito Civil, inclusive no sistema Arquimedes;

II - Remessa da presente portaria à Secretaria-Geral do Ministério Público para publicação no Diário Oficial;

III - Remessa da presente portaria à Corregedoria-Geral do Ministério Público, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público e ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa do Recife;

IV - Após publicação da presente Portaria, aguarde-se término do prazo para resposta do ofício 1374/2016-DHPI.

Recife, 31 de Agosto de 2016.

Luciana Maciel Dantas Figueiredo
Promotora de Justiça

PORTARIA Nº. 098/2016
Nº AUTO 2016/2219517
Nº DOC 6506419

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da 30ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania da Capital com Atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa, que esta subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, e pelos artigos 1º e 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85, art. 4º, inciso IV, alínea a, da Lei Complementar Estadual nº 12/1994, com as alterações da Lei Complementar nº 21/1998:

CONSIDERANDO o Procedimento Preparatório nº 16027-30, em trâmite nesta Promotoria de Justiça, no qual figura como parte a idosa Delzita;

CONSIDERANDO o teor da Resolução nº 023/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e da Resolução nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação do Inquérito Civil e do Procedimento de Investigação Preliminar;

CONSIDERANDO que o prazo estabelecido no art. 22 da Resolução 001/2012 do CSMP para conclusão do procedimento de investigação preliminar é de 90(noventa) dias, prorrogável por igual prazo, única vez, o qual, uma vez esgotado, impõe o seu arquivamento, o ajuizamento da respectiva Ação Civil Pública ou sua conversão em Inquérito Civil;

CONSIDERANDO a necessidade de dar continuidade às investigações e à coleta de informações para o esclarecimento dos fatos em apuração e adoção de eventuais medidas extrajudiciais para a solução dos problemas apontados na representação;

CONVERTE o procedimento acima referido em **INQUÉRITO CIVIL**, adotando as seguintes providências:

I - Autuação das peças oriundas do procedimento enunciado na forma de Inquérito Civil, inclusive no sistema Arquimedes;

II - Remessa da presente portaria à Secretaria-Geral do Ministério Público para publicação no Diário Oficial;

III - Remessa da presente portaria à Corregedoria-Geral do Ministério Público, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público e ao Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa do Recife;

IV - Após publicação da presente Portaria, voltem-me os autos conclusos.

Recife, 31 de Agosto de 2016.

Luciana Maciel Dantas Figueiredo
Promotora de Justiça

4ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Petrolina
Curadoria do Consumidor

PORTARIA Nº 16/2016

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio de seu órgão de execução em exercício nesta Comarca, no uso e gozo de suas atribuições legais e constitucionais, e com fulcro nas disposições insertas art. 129, II e III da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, IV da Lei

Orgânica do Ministério Público (lei nº 8.625/93), art. 5º parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Estadual (LC 12/94), e, ainda, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 conferiu à defesa do consumidor no Brasil o *status* de direito fundamental, a ser promovido pelo Estado, a teor do Título II- Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º, XXXII da CF);

CONSIDERANDO que a defesa do consumidor foi erigida à condição de princípio geral da atividade econômica, por força do art. 170, V da Carta Política;

CONSIDERANDO que, *ipso facto*, incumbiu o legislador constituinte ao Ministério Público, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, o dever de zelar pela proteção a direitos coletivos e difusos (art. 129, III da CF);

CONSIDERANDO o Procedimento Preparatório de número 6475817, Auto nº 2016/2219687, que trata de possíveis irregularidades no no serviço de abastecimento de combustíveis, nesta urbe;

CONSIDERANDO o teor da Resolução RES-CSMP Nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco e da Resolução RES-CNMP nº 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam os procedimentos investigatórios instaurados pelo Ministério Público, determinando o prazo de noventa (90) dias para conclusão dos procedimentos preparatórios, prorrogável por igual prazo, vencido o qual se deverá promover o ajuizamento de ação civil pública ou conversão em inquérito civil;

CONSIDERANDO a necessidade de se apurar integralmente tais fatos para adoção das medidas judiciais ou extrajudiciais pertinentes.

RESOLVE:

CONVERTER o PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO n. 6475817 em INQUÉRITO CIVIL, adotando as seguintes providências:

Nomeação do servidor Anderson Rodrigues da Silva como secretário escrevente;

Autuação e registro das peças oriundas do procedimento enunciado na forma de Inquérito Civil, certificando-se a data da presente conversão;

Oficie-se ao IPem-PE – Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco para verificar se a Recomendação Nº 14/2016 está sendo cumprida integralmente.

D E T E R M I N A R, inicialmente:

1) REMETER cópia desta portaria, via meio eletrônico, ao CAOP – Consumidor, e por ofício ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria Geral do Ministério Público de Pernambuco, para conhecimento;

2) ENCAMINHAR cópia da presente Portaria, por meio eletrônico, à Secretaria Geral do Ministério Público para conhecimento e devida publicação no Diário Oficial do Estado;

3) PROVIDENCIAR o registro/lançamento desta Portaria e dos atos subsequentes no Sistema de Gerenciamento de Autos ARQUIMEDES.

<div> <div></div> <div>Petrolina, 23 de agosto de 2016.</div> </div>
<div> <div></div> <div>Ana Cláudia de Sena Carvalho</div> <div>Promotora de Justiça</div> </div>
<div> <div></div> <div>PORTARIA N.º 17/2016</div> </div>

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, por intermédio de seu órgão de execução em exercício nesta Comarca, no uso e gozo de suas atribuições legais e constitucionais, e com fulcro nas disposições insertas art. 129, II e III da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, IV da Lei Orgânica do Ministério Público (lei nº 8.625/93), art. 5º parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Estadual (LC 12/94), e, ainda, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988 conferiu à defesa do consumidor no Brasil o *status* de direito fundamental, a ser promovido pelo Estado, a teor do Título II- Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º, XXXII da CF);

CONSIDERANDO que a defesa do consumidor foi erigida à condição de princípio geral da atividade econômica, por força do art. 170, V da Carta Política;

CONSIDERANDO que, *ipso facto*, incumbiu o legislador constituinte ao Ministério Público, instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, o dever de zelar pela proteção a direitos coletivos e difusos (art. 129, III da CF);

CONSIDERANDO o Procedimento Preparatório de número 6475882, Auto nº 2016/2219718, que trata de possíveis irregularidades no no serviço de abastecimento de combustíveis, nesta urbe;

CONSIDERANDO o teor da Resolução RES-CSMP Nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco e da Resolução RES-CNMP nº 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam os procedimentos investigatórios instaurados pelo Ministério Público, determinando o prazo de noventa (90) dias para conclusão dos procedimentos preparatórios, prorrogável por igual prazo, vencido o qual se deverá promover o ajuizamento de ação civil pública ou conversão em inquérito civil;

CONSIDERANDO a necessidade de se apurar integralmente tais fatos para adoção das medidas judiciais ou extrajudiciais pertinentes.

RESOLVE: CONVERTER o PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO n. 6475882 em INQUÉRITO CIVIL, adotando as seguintes providências:

Nomeação do servidor Anderson Rodrigues da Silva como secretário escrevente;

Autuação e registro das peças oriundas do procedimento enunciado na forma de Inquérito Civil, certificando-se a data da presente conversão;

Oficie-se ao IPem-PE – Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco para verificar se a Recomendação Nº 13/2016 está sendo cumprida integralmente.

D E T E R M I N A R, inicialmente:

1) REMETER cópia desta portaria, via meio eletrônico, ao CAOP – Consumidor, e por ofício ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria Geral do Ministério Público de Pernambuco, para conhecimento;

2) ENCAMINHAR cópia da presente Portaria, por meio eletrônico, à Secretaria Geral do Ministério Público para conhecimento e devida publicação no Diário Oficial do Estado;

3) PROVIDENCIAR o registro/lançamento desta Portaria e dos atos subsequentes no Sistema de Gerenciamento de Autos ARQUIMEDES.

<div> <div></div> <div>Petrolina, 23 de agosto de 2016.</div> </div>
<div> <div></div> <div>Ana Cláudia de Sena Carvalho</div> <div>Promotora de Justiça</div> </div>
<div> <div></div> <div>Promotoria Eleitoral da 59ª Zona – Correntes/PE</div> </div>
<div> <div></div> <div>RECOMENDAÇÃO ELEITORAL Nº 004/2016</div> </div>

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL, por intermédio de sua representante infra-assinada, com atuação na 59ª Zona Eleitoral – abrangendo os municípios de Correntes e Lagoa do Ouro, tendo por fundamento o art. 127, caput, da Constituição Federal; Lei Complementar nº 69/90; arts. 6º, XX, 78 e 79, da Lei Complementar nº 75/93; os arts. 27 parágrafo único, IV, e 80, da Lei Federal nº 8.625/93 e, ainda, o Código Eleitoral;

CONSIDERANDO as atividades eleitorais permitidas na legislação e o início da propaganda eleitoral desde o dia 16 de agosto de 2016 (artigo 36, da Lei n.º 9.504/97 e artigo 1º da Resolução TSE nº 23.457/2015);

CONSIDERANDO que a Resolução TSE n.º 23.457/2015 disciplina a propaganda eleitoral, determinando o que é permitido, bem como as vedações da propaganda eleitoral, impondo sanções para aquelas que se considerarem irregulares;

CONSIDERANDO que o artigo 37, § 2º, da Lei n.º 9.504/97, na sua redação atual, veda a propaganda eleitoral mediante placas, faixas, cartazes, pinturas, outdoors, etc, conforme norma prevista ainda no artigo 14, da Resolução TSE nº 23.457/2015;

CONSIDERANDO que a verificação de propaganda irregular será sancionada pela legislação eleitoral, na conformidade das normas mencionadas;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, prefere atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições – como os aqui indicados – e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento do ilícito e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e de repercussões importantes na candidatura;

CONSIDERANDO que o advento da Lei nº 13.165/2015 trouxe inovações quanto à propaganda eleitoral, entre elas a realizada nos **bens particulares, permitindo apenas a propaganda desde que seja feita apenas em adesivo, ou papel, não exceda a 0,5 m² (meio metro quadrado) e que não contrarie a legislação eleitoral** (nova redação do art. 37, § 2º, da Lei nº 9.504/97), ou seja, restou **vedada a propaganda em bens particulares por faixas, placas, cartazes, pinturas, inscrições, bandeiras, banners etc, sendo a violação da norma sancionada com multa, independentemente da retirada da propaganda irregular** (TSE: AgRg-REspE nº 554-20/CE, e AgRg-AI nº 184-89/SP, Rel. Min. Henrique Neves);

CONSIDERANDO que outra inovação da Lei nº 13.165/2015, é o uso das bandeiras restrito a **duas hipóteses: a) ao longo das vias públicas, desde que móveis, não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos e colocadas apenas no período entre as seis horas e as vinte e duas horas; b) no dia das eleições, a manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato**;

RESOLVE RECOMENDAR ao público em geral, aos Senhores Dirigentes Partidários Municipais, representantes das Coligações e aos candidatos à eleição municipal dos Municípios de Correntes e Lagoa do Ouro em 2016, bem como aos interessados, que:

Observem as regras sobre legislação eleitoral acerca da propaganda eleitoral, em especial, entre outras determinadas na Resolução TSE nº 23.457/2015:

Quanto à propaganda em geral - Resolução TSE nº 23.457/2015:

É vedada, desde 48 horas antes até 24 horas depois da eleição, a veiculação de qualquer propaganda política no rádio ou na televisão, incluindo as rádios comunitárias, bem como é vedada, neste período, a realização de comícios ou reuniões públicas (art.4º, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

A propaganda, qualquer que seja sua forma, mencionará sempre a legenda partidária, será em língua nacional, e não deve empregar meios publicitários destinados a criar, artificialmente, na opinião pública, estados mentais emocionais ou passionais (art. 6º, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

Na propaganda para eleição majoritária, a coligação deve usar sua denominação acompanhada da legenda de todos os partidos que a integram;

Na propaganda para eleição proporcional, cada partido político usará apenas a sua legenda sob o nome da coligação (art.7º, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

O nome da coligação não pode coincidir ou fazer referência a nome ou número de candidato, nem conter pedido de voto para partido político (art. 7º, parágrafo único, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

Na propaganda para eleição majoritária, além do candidato ao cargo de prefeito, deve constar o nome do candidato a vice, de modo claro e legível, em tamanho não inferior a trinta por cento do nome do titular, sendo tais requisitos cumulativos (art. 8º, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

Para a realização de atos de propaganda em recintos abertos ou fechados não é necessária licença da polícia, mas deve o candidato, partido ou coligação que a promover, comunicar à Autoridade Policial, com no mínimo 24 horas de antecedência, a fim de garantir, segundo a prioridade do aviso, o direito de uso do espaço contra quem pretenda usar o local no mesmo dia e horário; A comunicação visa garantir o funcionamento do tráfego e a segurança pública (art. 9º, da Resolução TSE nº 23.457/2015); Os partidos políticos registrados podem inscrever, na fachada de suas sedes e dependências, assim como nos comitês centrais de campanha, o nome que os designe, da forma que lhes aprover, desde que o formato não se assemelhe ou gere efeito de outdoor; O endereço do comitê central de campanha deve ser devidamente informado ao Juiz Eleitoral (art. 10, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

Quanto à propaganda por meio de instrumentos sonoros- Resolução TSE nº 23.457/2015:

Apesar de permitido pela legislação eleitoral, recomenda-se que quando da utilização de carros de som para a divulgação de propaganda eleitoral em função dos incômodos trazidos por este tipo de publicidade à população, que os candidatos observem que o funcionamento de alto-falantes ou amplificadores de som somente é permitido entre as 08 e 22 horas, **sendo vedada** a sua instalação em distância inferior a 200 metros de: I – sedes dos poderes legislativo, executivo e judiciário, ou estabelecimentos militares;

II – hospitais e casas de saúde;

III – escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros, quando em funcionamento (art. 11, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

A realização de comícios e a utilização de sonorização fixas são permitidas entre as 08 e as 24 horas, com exceção do comício de encerramento da campanha, que pode ser prorrogado por mais duas horas (art. 11, §1º, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

É vedada a utilização de trios elétricos em campanhas eleitorais, exceto para a sonorização fixa em comícios (art. 11, §2º);

A circulação de carros de som ou minitríos (definidos este pelo §4º do art. 11, da Resolução TSE nº 23.457/2015) deve obedecer o limite de oitenta (80) decibéis de nível de pressão sonora, medido a sete metros de distância do veículo (art. 11, §3º, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

A distribuição de material gráfico, realização de caminhadas, passeatas ou carros de som transitando pela cidade, será permitida até às 22 horas da véspera da eleição (art. 11, §5º, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

É vedada a realização de showmício ou evento assemelhado para promoção de candidatos, bem como a apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião eleitoral (art. 12, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

No caso de candidato que seja profissional da classe artística, poderá este exercer normalmente sua profissão durante o período eleitoral, desde que não se apresente em comícios ou reuniões, nem no rádio ou na televisão, bem como, durante seus espetáculos, não faça qualquer menção de sua candidatura ou campanha eleitoral, ainda que dissimulada (art. 12, parágrafo único, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

Quanto à propaganda por meio de material gráfico e uso de bens públicos ou privados - Resolução TSE nº 23.457/2015:

São vedadas a confecção, utilização ou distribuição, por comitê ou candidato, ou com sua autorização, de camisetas, ainda que sem o nome do candidato, chaveiros, bonês, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer materiais ou dádivas, que possam proporcionar vantagem ao eleitor, respondendo o infrator pela prática de captação ilícita de sufrágio, emprego de propaganda vedada e abuso de poder econômico, conforme o caso (art. 13, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

Nos bens de domínio público, ou que dependam de cessão ou permissão do poder público e nos bens de uso comuns, inclusive equipamentos urbanos, como postes de iluminação, sinalização de trânsito e paradas de ônibus, **é vedada** a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, placas, adesivos, caveletes, bonecos ou assemelhados; a vedação ao disposto no artigo 14, da Resolução TSE nº 23.457/2015 sujeita o responsável pela propaganda a multa no valor de R\$ 2.000,00 a R\$ 8.000,00, além da obrigação de removê-la e restaurar o bem (art. 14, §1º, da Resolução TSE nº 23.457/2015); Nas árvores e jardins de áreas públicas, não é permitida a colocação de propaganda de qualquer natureza, mesmo que não lhes cause dano (art. 14, §3º, da Resolução TSE nº 23.457/2015); A colocação de mesas para distribuição de material de campanha é permitida, bem como a utilização de bandeiras ao longo das vias públicas, desde que móveis e não prejudiquem o tráfego de veículos; e de transeuntes nos passeios públicos (art. 14, §4º, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

O derrame ou a anuência com o derrame de material de propaganda no local de votação ou vias próximas, ainda que na véspera da eleição, configura propaganda irregular, sujeitando o infrator à multa de R\$ 2.000,00 a R\$ 8.000,00, sem prejuízo da apuração do crime do art. 39, §5º, III, da Lei n.º 9.504/97 (art. 14, §7º, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

Nos bens particulares, a veiculação de propaganda eleitoral não depende de autorização da Justiça Eleitoral ou de licença municipal, mas deve ser feita mediante adesivo ou papel, desde que não exceda a **meio metro quadrado** e não contrarie a legislação eleitoral;

A justaposição de adesivo ou papel cuja dimensão ultrapasse o meio metro quadrado, causando efeito visual único, caracterizará propaganda irregular; além disso, a propaganda em bens particulares deve ser espontânea e gratuita, vedado qualquer tipo de pagamento em troca do espaço para esta finalidade; nestes termos, a pintura em imóveis particulares é vedada (art. 15, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

É proibido colar propaganda em veículos, salvo adesivos microperfurados no para-brisa traseiro, podendo atingir a extensão total do vidro, e adesivos em outras posições do veículo

na dimensão máxima de cinquenta centímetros por quarenta centímetros (50x40cm) (art. 15, §3º, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

Todo material impresso de campanha eleitoral deve conter o número de inscrição no CNPJ ou CPF do responsável pela confecção, bem como de quem a contratou, e a respectiva tiragem; a infração do disposto neste artigo caracteriza propaganda vedada e, conforme o caso, abuso de poder (art. 16, §1º, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

Não será tolerada propaganda de guerra; de preconceito de raças e classes; de incitamento de atentado a pessoas e bens; de instigação à desobediência à lei de ordem pública; que perturbe o sossego público, com gritaria, algazarra e abuso dos instrumentos sonoros; que prejudique a higiene e a estética urbana; que desrespeite os símbolos nacionais, entre outras descritas no art.17 da Resolução TSE nº 23.457/2015;

Quanto à propaganda por meio de outdoors - Resolução TSE nº 23.457/2015:

É vedada a propaganda eleitoral por meio de outdoors, inclusive eletrônicos, sujeitando-se a empresa responsável, os partidos, as coligações e os candidatos à imediata retirada da propaganda irregular e ao pagamento de multa no valor de R\$ 5.000,00 a R\$ 15.000,00 (art. 20); não dependendo de prévia notificação a caracterização da responsabilidade do candidato;

Quanto à propaganda eleitoral na internet - Resolução TSE nº 23.457/2015:

É permitida a propaganda eleitoral na internet a partir de 16 de agosto de 2016, garantida a livre manifestação do pensamento, encontrando limite quando ofender à honra de terceiros ou divulgação de fatos inverídicos (art. 21, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

Pode ser realizada em site do candidato, do partido ou da coligação; por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente; e por meio de blogs, redes sociais, sites de mensagens instantâneas e assemelhados, sendo vedada a veiculação de propaganda paga (arts. 22 e 23, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

A divulgação de propaganda na internet **é vedada** em sites de pessoas jurídicas e em sites oficiais ou hospedados por órgãos da Administração pública direta ou indireta de qualquer ente federativo; a violação ao disposto neste artigo 23 da Resolução, sujeita o responsável pela divulgação e o beneficiário da propaganda à multa no valor de R\$ 5.000,00 a R\$ 30.000,00;

As mensagens eletrônicas deverão dispor de mecanismo que permita ao destinatário seu descadastramento, o que deve ser atendido em um prazo de 48 horas; após este prazo para o descadastramento, qualquer envio de mensagem sujeitará o responsável ao pagamento de multa no valor de R\$ 100,00, por mensagem (art. 27, da Resolução TSE nº 23.457/2015);

Quanto à propaganda eleitoral na imprensa - Resolução TSE nº 23.457/2015:

São permitidas, até a antevéspera das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, e a reprodução na internet de jornal impresso, até dez anúncios de propaganda eleitoral, por veículo, em datas diversas, para cada candidato, no espaço máximo, por edição, de um oitavo (1/8) da página do jornal padrão e de um quarto (¼) de página de revista ou tablóide; devendo constar no anúncio, de forma visível, o valor pago pela inserção (art. 30, da Resolução TSE nº 23.457/2015); a inobservância ao referido retro, sujeita todos os envolvidos ao pagamento de multa;

Quanto à propaganda eleitoral gratuita no rádio – Resolução TSE nº 23.457/2015:

As emissoras de rádio veicularão, no período de 26 de agosto a 29 de setembro de 2016, a propaganda eleitoral gratuita da seguinte forma: em rede, nas eleições para prefeito, de segunda a sábado, das 07 horas às 07 horas e 10 minutos, e das 12 horas às 12 horas e 10 minutos; em inserções de trinta e de sessenta segundos, nas eleições para prefeito e vereador, de segunda a domingo, em um total de setenta minutos diários, distribuídos ao longo da programação veiculada entre as 05 horas e as 24 horas, na proporção de sessenta por cento (60%) para prefeito e de quarenta por cento (40%) para vereador (art. 37).

E DETERMINAR, para efetiva divulgação e cumprimento desta Recomendação:

Encaminhem-se cópias da presente Recomendação a todos os Diretórios Municipais dos Partidos Políticos ou Comissões Provisórias de Correntes e Lagoa do Ouro, bem como aos representantes das coligações;

Encaminhe-se cópia da presente recomendação ao Exmo. Sr. Juiz Eleitoral da 59ª Zona Eleitoral de Pernambuco, para conhecimento e publicação no Cartório Eleitoral da mencionada Zona Eleitoral; A imprensa local, para que torne público seu conteúdo a toda população.

Ao Excelentíssimo Senhor Procurador Regional Eleitoral, para conhecimento;

<div> <div></div> <div>Remeta-se à Secretaria Geral do Ministério Público para fins de publicação no Diário Oficial do Estado.</div> </div>
<div> <div></div> <div></div> </div>

<div> <div></div> <div>Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.</div> </div>
<div> <div></div> <div>Correntes/PE, 28 de agosto de 2016.</div> </div>
<div> <div></div> <div>Elisa Cadore Foletto</div> <div>Promotora Eleitoral</div> </div>

<div> <div></div> <div>PROMOTORIA ELEITORAL DE PETROLÂNDIA (70ª ZONA ELEITORAL)</div> </div>
<div> <div></div> <div>RECOMENDAÇÃO Nº 004/2016</div> </div>

Recomenda aos dirigentes de órgãos públicos a fiscalização sobre a proibição de atos de campanha eleitoral nas repartições.

O PROMOTOR ELEITORAL DA 70ª ZONA, com atribuição sobre os municípios de Petrolândia e Jatobá no exercício das atribuições previstas no artigo 78 da Lei Complementar 75/93:

CONSIDERANDO que o art. 37 da Lei nº 9.504/97 dispõe ser vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza em bens públicos, sujeitando o responsável a multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

CONSIDERANDO que todos os servidores públicos (candidatos ou não) devem respeitar as regras sobre a propaganda, previstas na legislação eleitoral, sendo vedada a realização de atos de campanha nas repartições públicas;

CONSIDERANDO que o art. 73 da Lei nº 9.504/97 proíbe condutas “tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais”, dentre as quais, a utilização, cessão ou uso em benefício de candidato, partido político ou coligação, de bens móveis ou imóveis pertencentes à Administração Pública;

CONSIDERANDO que a prática da mencionada conduta pode ensejar à autoridade pública, ao servidor e ao candidato, a pena de multa no valor de R\$ 5.320,50 (cinco mil, trezentos e vinte reais e cinquenta centavos) a R\$ 106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais), sem prejuízo das sanções de caráter disciplinar (art. 62, § 4º da Resolução TSE nº 23.457/2015);

CONSIDERANDO que, a depender da gravidade da conduta ilícita, o candidato beneficiado com o ato de propaganda eleitoral, agente público ou não, poderá ter cassado o seu registro ou diploma (art. 62, § 5º da Resolução TSE nº 23.457/2015);

RESOLVE RECOMENDAR aos representantes legais e dirigentes de órgãos e entidades municipais:

- a) que sejam adotadas as medidas administrativas pertinentes no sentido de coibir a utilização das repartições públicas para realização de atos de campanha eleitoral por candidatos a cargo eletivo, inclusive aqueles que sejam servidores públicos e se encontram temporariamente afastados do serviço;
- b) que não autorizem, no âmbito das instituições públicas, a realização pelos servidores públicos de qualquer ato de campanha eleitoral, de caráter coletivo, em prol de candidato, partido ou coligação;

c) que comuniquem imediatamente ao Ministério Público Eleitoral as ocorrências verificadas em descumprimento ao disposto nesta recomendação;

d) que seja dada ampla divulgação do presente ato a todos os servidores, visitantes e prestadores de serviços, inclusive orientando os órgãos descentralizados da entidade pública para que observem o inteiro teor desta recomendação.

Encaminhe-se a presente recomendação, por ofício e com urgência, aos representantes legais e dirigentes de órgãos e entidades públicas municipais desta cidade.

Publique-se e intime-se.

Petrolândia, 30 de agosto de 2016.

RODRIGO ALTABELLO ANGELO ABATAYGUARA
Promotor de Justiça Eleitoral

4º PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PAULISTA
CURADORIA DO MEIO AMBIENTE, HABITAÇÃO,
URBANISMO, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

PORTARIA DE CONVERSÃO DO PROCEDIMENTO
PREPARATÓRIO Nº 106/2015 EM INQUÉRITO CIVIL Nº
106/2015

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da 4ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania de Paulista, no uso de das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 127 e 129 III, da Constituição Federal e pelas Lei Federal nº 8.625/93 e Lei Complementar Estadual nº 12/94 e suas alterações posteriores:

CONSIDERANDO o Procedimento Preparatório nº 106/2015, instaurado no âmbito desta Promotoria de Justiça para apurar notícia de ausência de postes de iluminação e de cobertura nos bancos de espera da balsa em Maria Farinha, neste Município de Paulista;

CONSIDERANDO a necessidade de dar prosseguimento às investigações para apuração dos fatos e adoção das medidas judiciais e/ou extrajudiciais pertinentes, para a solução dos problemas apontados nos autos, caso confirmados;

CONSIDERANDO o teor do art. 22, parágrafo único, *in fine*, da Resolução nº 01/2012, do Conselho Superior do Ministério Público de Pernambuco, e de da Resolução nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público, que estabelecem o prazo de 90 (noventa dias), prorrogável uma única vez, para conclusão dos procedimentos preparatórios, o qual uma vez esgotado, impõe, conforme o caso, a conversão do procedimento investigativo preliminar/preparatório em inquérito civil;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o presente procedimento aos termos da Res 01/2012 do Conselho Superior do Ministério Público;

RESOLVE, com fulcro no artigo 22, Parágrafo Único, da Resolução RES-CSMP nº 001/2012 de 13.06.2012, publicada no DOE de 15.06.2012, **CONVERTER o presente PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO em INQUÉRITO CIVIL**, determinando, desde logo:

- 1- A nomeação do Servidor em exercício nesta 4ª PJDC, como secretário escrevente.
- 2- O registro da presente portaria no sistema de gestão de autos *Arquimedes*/MPPE e sua atuação.
3. A remessa de cópia desta portaria, por meio eletrônico, ao Coordenador do CAOPMA, para os fins de direito, bem como ao Exmo. Sr. Secretário-Geral do Ministério Público para publicação no Diário Oficial do Estado.
4. A comunicação, por meio eletrônico, da conversão do presente em Procedimento Preparatório em INQUÉRITO CIVIL ao Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria Geral do Ministério Público, nos termos do disposto no artigo 3º, §2º, da Resolução RES-CSMP nº 001/2012, de 13.06.2012, publicada no DOE de 15.06.2012.
5. Notifiquem-se as partes para audiência extrajudicial a ser realizada nesta 4ª PJDC em dia e hora previamente designados;

Paulista, 22 de agosto de 2016

MIRELA MARIA IGLESIAS LAUPMAN
Promotora de Justiça

MPE
Ministério Público eleitoral

Promotoria da 72ª
Zona Eleitoral em Pernambuco

RECOMENDAÇÃO Nº 01/2016 –MPE

Recomenda aos dirigentes de órgãos públicos a fiscalização sobre a proibição de atos de campanha eleitoral nas repartições.

O PROMOTOR ELEITORAL DA 72ª ZONA, com atribuição sobre o município de Floresta, no exercício das atribuições previstas no artigo 78 da Lei Complementar 75/93:

CONSIDERANDO que o art. 37 da Lei nº 9.504/97 dispõe ser vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza em bens públicos, sujeitando o responsável a multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

CONSIDERANDO que todos os servidores públicos (candidatos ou não) devem respeitar as regras sobre a propaganda, previstas na legislação eleitoral, sendo vedada a realização de atos de campanha nas repartições públicas;

CONSIDERANDO que o art. 73 da Lei nº 9.504/97 proíbe condutas “tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais”, dentre as quais, a utilização, cessão ou uso em benefício de candidato, partido político ou coligação, de bens móveis ou imóveis pertencentes à Administração Pública;

CONSIDERANDO que a prática da mencionada conduta pode ensejar à autoridade pública, ao servidor e ao candidato, a pena de multa no valor de R\$ 5.320,50 (cinco mil, trezentos e vinte reais e cinquenta centavos) a R\$ 106.410,00 (cento e seis mil, quatrocentos e dez reais), sem prejuízo das sanções de caráter disciplinar (art. 62, § 4º da Resolução TSE nº 23.457/2015);

CONSIDERANDO que, a depender da gravidade da conduta ilícita, o candidato beneficiado com o ato de propaganda eleitoral, agente público ou não, poderá ter cassado o seu registro ou diploma (art. 62, § 5º da Resolução TSE nº 23.457/2015);

RESOLVE RECOMENDAR aos representantes legais e dirigentes de órgãos e entidades municipais:

a) que sejam adotadas as medidas administrativas pertinentes no sentido de coibir a utilização das repartições públicas para realização de atos de campanha eleitoral por candidatos a cargo eletivo, inclusive aqueles que sejam servidores públicos e se encontram temporariamente afastados do serviço;

b) que não autorizem, no âmbito das instituições públicas, a realização pelos servidores públicos de qualquer ato de campanha eleitoral, de caráter coletivo, em prol de candidato, partido ou coligação;

c) que comuniquem imediatamente ao Ministério Público Eleitoral as ocorrências verificadas em descumprimento ao disposto nesta recomendação;

d) que seja dada ampla divulgação do presente ato a todos os servidores, visitantes e prestadores de serviços, inclusive orientando os órgãos descentralizados da entidade pública para que observem o inteiro teor desta recomendação.

Encaminhe-se a presente recomendação, por ofício e com urgência, aos representantes legais e dirigentes de órgãos e entidades públicas municipais desta cidade; à Secretária Geral do Ministério Público, em meio magnético, para que se dê a necessária publicidade no Diário Oficial do Estado e; ao juiz desta comarca para conhecimento.

Publique-se e intime-se.

Floresta, 31 de agosto de 2016

EVÂNIA CÍNTIAN DE AGUIAR PEREIRA
Promotora da 72ª Zona Eleitoral de Pernambuco

3ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania do Cabo de Santo Agostinho
Curadoria de Meio Ambiente

PORTARIA Nº 07/2016-MA (auto 2016/2224157)

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, através da Promotoria de Justiça que subscreve a presente Portaria, com exercício na 3ª Promotoria de Justiça de Defesa da Cidadania desta Comarca, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição Federal; art. 25, IV, alínea “a” da Lei Federal nº 8.625/93, art. 4º, IV, alínea “a”, da Lei Estadual nº 12/94 e art. 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85;

CONSIDERANDO a tramitação do Procedimento Preparatório nº 03/2016-MA, objetivando apurar a ocorrência suposto dano ambiental provocado por invasão de área de APP, na localidade pertencente ao Cotonifício José Rufino, neste Município do Cabo de Santo Agostinho/PE;

CONSIDERANDO o teor do art. 22, parágrafo único, da RESOLUÇÃO RES-CSMP nº 001/2012, do Conselho Superior do Ministério Público, e, do art. Art. 1º, §§ 6º e 7º da Resolução nº 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, que regulamentam a instauração e tramitação de Inquérito Civil, e, de igual maneira, do Procedimento Preparatório;

CONSIDERANDO que em conformidade com os dispositivos acima citados, o prazo para conclusão do Procedimento Preparatório é de 90 (noventa) dias, prorrogável uma única vez por igual período, e que na hipótese de vencimento desse prazo dever ***ser promovido o seu arquivamento, aujudada a respectiva Ação Civil Pública ou promovida a sua conversão em Inquérito Civil;***

CONSIDERANDO a necessidade de se prosseguir com a investigação dos fatos, para o seu fiel esclarecimento e adoção de medidas corretivas, se necessário, oportunizando-se, inclusive, a possibilidade de resolução das irregularidades noticiadas de forma extrajudicial;

RESOLVE:
CONVERTER o presente Procedimento Preparatório nº 03/2016-MA em INQUÉRITO CIVIL, adotando-se as seguintes providências:

- 1) autue-se o Inquérito Civil em tela, com as devidas anotações em livro próprio e no Sistema *Arquimedes*;
- 2) Dê-se baixa do PP no livro próprio;
- 3) Encaminhe-se cópia da presente Portaria, por meio eletrônico, ao CAOP competente e à Secretária-Geral do MPPE, este último para efeito de publicação no DOE;
- 4) Encaminhe-se, por ofício, cópia da presente Portaria, ao Conselho Superior do Ministério Público e à Corregedoria Geral;

5) Nomeia-se a servidora Ariadene de Araújo Altamiranda para exercer as funções de Secretária, mediante termo de compromisso;

6) Prossiga-se com as investigações em andamento, requisitando-se a devolução dos autos ao CAOP-MA com a manifestação técnica necessária, com certa brevidade.

Cumpra-se.

Cabo de Santo Agostinho, 31 de agosto de 2016.

Janaína do Sacramento Bezerra
Promotora de Justiça

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Nº 25/2016

O organizador de um PAREDÃO DE SOM a ser realizada no Sítio Jatobazinho – Jataúba-PE, **VICENTE DA SILVA, portador do RG nº 4.932.072 SDS/PE, e CPF nº 984.519.364-15, brasileiro, solteiro, Empresário, residente no Sítio Jatobazinho em Jataúba/ PE**, firmam perante o **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**, através da Promotoria de Justiça da Comarca de JATAÚBA - PE, com atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, nesta cidade, por seu representante legal **ANTÔNIO ROLEMBERG FEITOSA JÚNIOR**, e com base especialmente no Art. 201, inc. VI, VIII e § 5º da Lei Federal nº 8.069/90 e Art. 6º, inc. IV da Lei Complementar nº 12, de 12/12/1994, e demais dispositivos legais abaixo, o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, na forma seguinte:

CONSIDERANDO que constitui atribuição do Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados na Constituição Federal relacionados à proteção de crianças e adolescentes, do meio ambiente, do patrimônio cultural e de outros direitos difusos e coletivos, zelando pelo funcionamento adequado dos serviços de segurança pública;

CONSIDERANDO que o art. 144 da Constituição Federal em vigor dispõe que a Segurança Pública é dever do Estado, mas que todos os órgãos públicos devem, e a sociedade civil pode contribuir para a efetivação de políticas e ações com vista ao combate da criminalidade, à preservação da ordem e do patrimônio públicos, bem assim da incolumidade das pessoas;

CONSIDERANDO que o direito ao respeito, conforme previsão estatutária, compreende a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, dentre outros (art. 17 da Lei 8.069/90);

CONSIDERANDO que o art. 81, II, da mesma lei proíbe, dentre outros, a venda de bebidas alcoólicas à criança e ao adolescente, tipificando, inclusive, como crime, em seu art. 243, a conduta de “vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida”;

CONSIDERANDO que o art. 63, I, da Lei de Contravenções Penais estabelece a proibição da venda de bebidas alcoólicas a pessoas menores de 18 (dezoito) anos, cujo descumprimento importa em pena de prisão de 2 meses a um ano;

COMPROMETE-SE o organizador do festejo acima a obedecer às cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I – Fica o empresário responsável por promover um PAREDÃO DE SOM a ser realizado nos dias (02.09.2016 e 09.09.2016) com início a partir das vinte e uma horas da sexta-feira e término às duas horas do sábado, sem tolerância, obrigado a afixar e manter afixados, em local visível ao público, cartazes com os seguintes dizeres: “**É PROIBIDA A ENTRADA DE MENORES DE 15 ANOS E A VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS A MENORES DE 18 ANOS (Lei nº 8.069/90)**”;

CLÁUSULA II – Fica o empresário responsável pela venda de bebidas alcoólicas obrigado a exigir no seu estabelecimento a comprovação da maioridade, através de documento de identificação, para a venda de bebidas alcoólicas, além de proibir a entrada de crianças e adolescentes menores de 15 anos, no local;

CLÁUSULA III – Fica o empresário responsável por promover a festa, obrigado a franquear o acesso dos Conselheiros Tutelares bem como prestar qualquer auxílio que se faça necessário a coibir o consumo de bebidas alcoólicas por menores;

CLAÚSULA IV – Fica o empresário responsável por promover a festa, obrigado a veicular os Termos firmados deste TAC;

CLÁUSULA V – O descumprimento de quaisquer das obrigações constantes do presente Termo de Ajustamento acarretará a aplicação de multa de R\$ 10.000,00, sem prejuízo da apuração de responsabilidade criminal;

Parágrafo Único – O valor devido pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo de Ajustamento de Conduta será revertido ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente desta cidade de JATAÚBA - PE, nos termos do art. 5º, § 6º e 13 da Lei 7.347/85 e arts. 88, IV, e 214 da Lei 8.069/90;

CLÁUSULA VI – o presente termo durará até o final da festa e terá eficácia de título executivo extrajudicial, em conformidade com o que dispõe o art. 5º, § 6º da Lei 7.347/85.

CLÁUSULA VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - O presente TERMO tem força de título executivo extrajudicial, conforme o art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85.

Parágrafo único. As partes concordam em submeter o presente TERMO à homologação judicial, na forma do art. 475-N, do Código de Processo Civil.

AFIXE-SE cópia do presente Termo no local apropriado desta Promotoria.

Ao Excelentíssimo Juiz de Direito desta comarca, para conhecimento e divulgação no átrio do Fórum;

Ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, e, por e-mail, ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, para fins de conhecimento;

À Polícia Militar de Jataúba;

À Delegacia de Polícia Civil de Jataúba;

Ao Conselho Tutelar de Jataúba;

À Secretaria-Geral do Ministério Público de Pernambuco, através de meio eletrônico, para que se dê a necessária publicidade no Diário Oficial do Estado.

E por estarem às partes ajustadas e devidamente compromissadas, firmam o presente Termo, que segue assinado pelas partes.

Jataúba - PE, 30 de agosto de 2016.

ANTÔNIO ROLEMBERG FEITOSA JÚNIOR
Promotor de Justiça

VICENTE DA SILVA
Empresário

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 26/2016

O organizador do **SERESTA** a ser realizada no Sítio Jatobazinho - Jataúba-PE o, **JOSÉ ADEILDO DE SOUSA GUIMARÃES, portador do RG nº 6094232 SSP/PE e CPF nº 022.665.448-61 brasileiro, solteiro, Empresário, residente no Sítio Jatobazinho em Jataúba/ PE**, firmam perante o **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**, através da Promotoria de Justiça da Comarca de JATAÚBA - PE, com atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, nesta cidade, por seu representante legal **ANTÔNIO ROLEMBERG FEITOSA JÚNIOR**, e com base especialmente no Art. 201, inc. VI, VIII e § 5º da Lei Federal nº 8.069/90 e Art. 6º, inc. IV da Lei Complementar nº 12, de 12/12/1994, e demais dispositivos legais abaixo, o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, na forma seguinte:

CONSIDERANDO que constitui atribuição do Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados na Constituição Federal relacionados à proteção de crianças e adolescentes, do meio ambiente, do patrimônio cultural e de outros direitos difusos e coletivos, zelando pelo funcionamento adequado dos serviços de segurança pública;

CONSIDERANDO que o art. 144 da Constituição Federal em vigor dispõe que a Segurança Pública é dever do Estado, mas que todos os órgãos públicos devem, e a sociedade civil pode contribuir para a efetivação de políticas e ações com vista ao combate da criminalidade, à preservação da ordem e do patrimônio públicos, bem assim da incolumidade das pessoas;

CONSIDERANDO que o direito ao respeito, conforme previsão estatutária, compreende a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, dentre outros (art. 17 da Lei 8.069/90);

CONSIDERANDO que o art. 81, II, da mesma lei proíbe, dentre outros, a venda de bebidas alcoólicas à criança e ao adolescente, tipificando, inclusive, como crime, em seu art. 243, a conduta de “vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida”;

CONSIDERANDO que o art. 63, I, da Lei de Contravenções Penais estabelece a proibição da venda de bebidas alcoólicas a pessoas menores de 18 (dezoito) anos, cujo descumprimento importa em pena de prisão de 2 meses a um ano;

COMPROMETE-SE o organizador do festejo acima a obedecer às cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I – Fica o empresário responsável por promover um SERESTA a ser realizada com início a partir das vinte e uma horas do sábado (03.09.2016) e término às duas horas do domingo (04.09.2016), sem tolerância, obrigado a afixar e manter afixados, em local visível ao público, cartazes com os seguintes dizeres: **“É PROIBIDA A ENTRADA DE MENORES DE 15 ANOS E A VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS A MENORES DE 18 ANOS (Lei nº 8.069/90)”**;

CLÁUSULA II – Fica o empresário responsável pela venda de bebidas alcoólicas obrigado a exigir no seu estabelecimento a comprovação da maioridade, através de documento de identificação, para a venda de bebidas alcoólicas, além de proibir a entrada de crianças e adolescentes menores de 15 anos, no local;

CLÁUSULA III – Fica o empresário responsável por promover a festa, obrigado a franquear o acesso dos Conselheiros Tutelares bem como prestar qualquer auxílio que se faça necessário a coibir o consumo de bebidas alcoólicas por menores;

CLÁUSULA IV – Fica o empresário responsável por promover a festa, obrigado a veicular os Termos firmados deste TAC;

CLÁUSULA V – O descumprimento de quaisquer das obrigações constantes do presente Termo de Ajustamento acarretará a aplicação de multa de R\$ 10.000,00, sem prejuízo da apuração de responsabilidade criminal;

Parágrafo Único – O valor devido pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo de Ajustamento de Conduta será revertido ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente desta cidade de JATAÚBA - PE, nos termos do art. 5º, § 6º e 13 da Lei 7.347/85 e arts. 88, IV, e 214 da Lei 8.069/90;

CLÁUSULA VI – o presente termo durará até o final da festa e terá eficácia de título executivo extrajudicial, em conformidade com o que dispõe o art. 5º, § 6º da Lei 7.347/85.

CLÁUSULA VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - O presente TERMO tem força de título executivo extrajudicial, conforme o art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85.

Parágrafo único. As partes concordam em submeter o presente TERMO à homologação judicial, na forma do art. 475-N, do Código de Processo Civil.

AFIXE-SE cópia do presente Termo no local apropriado desta Promotoria.
Ao Excelentíssimo Juiz de Direito desta comarca, para conhecimento e divulgação no átrio do Fórum;
Ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, e, por e-mail, ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, para fins de conhecimento;

À Polícia Militar de Jataúba;
À Delegacia de Polícia Civil de Jataúba;
Ao Conselho Tutelar de Jataúba;

À Secretaria-Geral do Ministério Público de Pernambuco, através de meio eletrônico, para que se dê a necessária publicidade no Diário Oficial do Estado.

E por estarem às partes ajustadas e devidamente compromissadas, firmam o presente Termo, que segue assinado pelas partes.

Jataúba - PE, 31 de agosto de 2016.

ANTÔNIO ROLEMBERG FEITOSA JÚNIOR
Promotor de Justiça

JOSÉ ADEILDO DE SOUSA GUIMARÃES
Empresário

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
Nº 027/2016

O organizadora de um FORRÓ a ser realizado no RESTAURANTE DO GORDO na Av. Santa Cruz, s/n – Jataúba/PE, **MARIA DE LOURDES DA SILVA MONTEIRO, portador do RG nº 5.531.144 SSP/PE e CPF nº 083.517.514-64, brasileira, casada, Empresária, residente no Loteamento de Tonza , s/n - Jataúba/PE,** firmam perante o **MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**, através da Promotoria de Justiça da Comarca de Jataúba - PE, com atuação na Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, nesta cidade, por seu representante legal **ANTÔNIO ROLEMBERG FEITOSA JÚNIOR**, e com base especialmente no Art. 201, inc. VI, VIII e § 5º da Lei Federal nº 8.069/90 e Art. 6º, inc. IV da Lei Complementar nº 12, de 12/12/1994, e demais dispositivos legais abaixo, o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, na forma seguinte:

CONSIDERANDO que constitui atribuição do Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados na Constituição Federal relacionados à proteção de crianças e adolescentes, do meio ambiente, do patrimônio cultural e de outros direitos difusos e coletivos, zelando pelo funcionamento adequado dos serviços de segurança pública;

CONSIDERANDO que o art. 144 da Constituição Federal em vigor dispõe que a Segurança Pública é dever do Estado, mas que todos os órgãos públicos devem, e a sociedade civil pode contribuir para a efetivação de políticas e ações com vista ao combate da criminalidade, à preservação da ordem e do patrimônio públicos, bem assim da incolumidade das pessoas;

CONSIDERANDO que o direito ao respeito, conforme previsão estatutária, compreende a inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, dentre outros (art. 17 da Lei 8.069/90);

CONSIDERANDO que o art. 81, II, da mesma lei proíbe, dentre outros, a venda de bebidas alcoólicas à criança e ao adolescente, tipificando, inclusive, como crime, em seu art. 243, a conduta de “vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida”;

CONSIDERANDO que o art. 63, I, da Lei de Contravenções Penais estabelece a proibição da venda de bebidas alcoólicas a pessoas menores de 18 (dezoito) anos, cujo descumprimento importa em pena de prisão de 2 meses a um ano;

COMPROMETE-SE o organizador do festejo acima a obedecer às cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I – Fica a empresária responsável por promover o FORRÓ a ser realizada com início a partir das vinte e uma horas do sábado (10.09.2016) e término às duas horas do domingo (11.09.2016), sem tolerância, obrigado a afixar e manter afixados, em local visível ao público, cartazes com os seguintes dizeres: **“É PROIBIDA A ENTRADA DE MENORES DE 15 ANOS E A VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS A MENORES DE 18 ANOS (Lei nº 8.069/90)”**;

CLÁUSULA II – Fica o empresário responsável pela venda de bebidas alcoólicas obrigado a exigir no seu estabelecimento a comprovação da maioridade, através de documento de identificação, para a venda de bebidas alcoólicas, além de proibir a entrada de crianças e adolescentes menores de 15 anos, no local;

CLÁUSULA III – Fica o empresário responsável por promover a festa, obrigado a franquear o acesso dos Conselheiros Tutelares bem como prestar qualquer auxílio que se faça necessário a coibir o consumo de bebidas alcoólicas por menores;

CLÁUSULA IV – Fica o empresário responsável por promover a festa, obrigado a veicular os Termos firmados deste TAC;

CLÁUSULA V – O descumprimento de quaisquer das obrigações constantes do presente Termo de Ajustamento acarretará a aplicação de multa de R\$ 10.000,00, sem prejuízo da apuração de responsabilidade criminal;

Parágrafo Único – O valor devido pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas do presente Termo de Ajustamento de Conduta será revertido ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente desta cidade de JATAÚBA - PE, nos termos do art. 5º, § 6º e 13 da Lei 7.347/85 e arts. 88, IV, e 214 da Lei 8.069/90;

CLÁUSULA VI – o presente termo durará até o final da festa e terá eficácia de título executivo extrajudicial, em conformidade com o que dispõe o art. 5º, § 6º da Lei 7.347/85.

CLÁUSULA VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - O presente TERMO tem força de título executivo extrajudicial, conforme o art. 5º, §6º, da Lei nº 7.347/85.

Parágrafo único. As partes concordam em submeter o presente TERMO à homologação judicial, na forma do art. 475-N, do Código de Processo Civil.

AFIXE-SE cópia do presente Termo no local apropriado desta Promotoria.

Ao Excelentíssimo Juiz de Direito desta comarca, para conhecimento e divulgação no átrio do Fórum;

Ao Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça, e, por e-mail, ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, para fins de conhecimento;

À Polícia Militar de Jataúba;

À Delegacia de Polícia Civil de Jataúba;

Ao Conselho Tutelar de Jataúba;

À Secretaria-Geral do Ministério Público de Pernambuco, através de meio eletrônico, para que se dê a necessária publicidade no Diário Oficial do Estado.

E por estarem às partes ajustadas e devidamente compromissadas, firmam o presente Termo, que segue assinado pelas partes.

Jataúba - PE, 31 de agosto de 2016.

ANTÔNIO ROLEMBERG FEITOSA JÚNIOR
Promotor de Justiça

MARIA DE LOURDES DA SILVA MONTEIRO
Empresária

Procuradoria de Justiça em Matéria Criminal

ESCALA DE SESSÕES EM SETEMBRO 2016

1ª Câmara Criminal:

Sessões ordinárias: Terças-feiras às 14:00h:

Dia 06.09	Dr. Ricardo Lapenda Figueiroa	12º Procurador de Justiça
Dia 13.09	Drª Janeide Oliveira de Lima	7º Procurador de Justiça
Dia 20.09	Dr. Mário Germano Palha Ramos	1º Procurador de Justiça
Dia 27.08	Drª Andréa Karla Maranhão Condé Freire	8º Procurador de Justiça

Sessões extraordinárias:

1ª Sessão	Dr. Mário Germano Palha Ramos	1º Procurador de Justiça
2ª Sessão	Dr. Ricardo Lapenda Figueiroa	12º Procurador de Justiça
3ª Sessão	Drª Andréa Karla Maranhão Condé Freire	8º Procurador de Justiça
4ª Sessão	Drª Janeide Oliveira de Lima	7º Procurador de Justiça

2ª Câmara Criminal:

Sessões ordinárias: Quartas-feiras às 14:00h:

Dia 14.09	Drª Judith Pinheiro Silveira Borba	11º Procurador de Justiça
Dia 21.09	Drª Judith Pinheiro Silveira Borba	11º Procurador de Justiça
Dia 28.09	Drª Judith Pinheiro Silveira Borba	11º Procurador de Justiça

Sessões extraordinárias:

1ª Sessão	Drª Maria Helena da Fonte Carvalho	22º Procurador de Justiça
2ª Sessão	Drª Norma Mendonça Galvão de Carvalho	5º Procurador de Justiça
3ª Sessão	Drª Maria Helena da Fonte Carvalho	14º Procurador de Justiça (p/ acumulação)

3ª Câmara Criminal:

Sessões ordinárias: Quartas-feiras às 09:00h:

Dia 14.09	Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira	4º Procurador de Justiça
Dia 21.09	Drª Laise Tarcila Rosa de Queiroz	9º Procurador de Justiça
Dia 28.09	Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira	4º Procurador de Justiça

Sessões extraordinárias:

1ª Sessão	Drª Laise Tarcila Rosa de Queiroz	9º Procurador de Justiça
2ª Sessão	Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira	4º Procurador de Justiça

4ª Câmara Criminal:

Sessões ordinárias: Terças-feiras às 09:00h:

Dia 06.09	Drª Cristiane Maria Caitano da Silva	6º Procurador de Justiça (p/ convocação)
Dia 13.09	Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira	21º Procurador de Justiça (p/ acumulação)
Dia 20.09	Drª Adriana Gonçalves Fontes	16º Procurador de Justiça
Dia 27.08	Drª Andréa Karla Maranhão Condé Freire	17º Procurador de Justiça (p/ acumulação)

Sessões extraordinárias:

1ª Sessão	Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira	21º Procurador de Justiça (p/ acumulação)
2ª Sessão	Drª Andréa Karla Maranhão Condé Freire	17º Procurador de Justiça (p/ acumulação)
3ª Sessão	Drª Adriana Gonçalves Fontes	16º Procurador de Justiça

Gilson Roberto de Melo Barbosa

10º Procurador de Justiça

Coordenador da Procuradoria Criminal

PROCURADORIA DE JUSTIÇA - REGIONAL DE CARUARU

1ª. Câmara Regional de Caruaru

SETEMBRO

Sessões da 1ª Turma - Quartas-feiras, às 09h		
14/09/2016	Carlos Roberto Santos	4º Procurador de Justiça - Caruaru
21/09/2016	Alen de Souza Pessoa	2º Procurador de Justiça - Caruaru
28/09/2016	Alen de Souza Pessoa	2º Procurador de Justiça - Caruaru

Sessões da 2ª Turma - Quintas-feiras, às 09h		
01/09/2016	Carlos Roberto Santos	4º Procurador de Justiça - Caruaru
08/09/2016	Daíza Maria Azevedo Cavalcanti	3º Procurador de Justiça - Caruaru
15/09/2016	Charles Hamilton dos Santos Lima	1º Procurador de Justiça - Caruaru
22/09/2016	Daíza Maria Azevedo Cavalcanti	3º Procurador de Justiça - Caruaru
29/09/2016	Charles Hamilton dos Santos Lima	1º Procurador de Justiça - Caruaru

CHARLES HAMILTON DOS SANTOS LIMA

1º Procurador de Justiça com atuação Junto à Câmara Regional de Caruaru

Coordenador da Procuradoria de Justiça com atuação Junto à Câmara Regional de Caruaru, em exercício



A paz é construída por pequenos gestos de gentileza.



A prática frequente de ações de gentileza influi na felicidade, no bem-estar e na saúde das pessoas, tanto para quem as pratica quanto para quem as recebe.

Faça da gentileza um hábito e o ganho será de todo o MPPE.

